



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Educar para a Sustentabilidade: a experiência da Casa Familiar Rural de
Boa Vista do Ramos-Amazonas**

ANDRÉ DE OLIVEIRA MELO

Manaus-Amazonas
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ANDRÉ DE OLIVEIRA MELO

**Educar para a Sustentabilidade: a experiência da Casa Familiar Rural de
Boa Vista do Ramos-Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção de título de **MESTRE em Desenvolvimento Regional**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Antonieta do Lago Vieira

**Manaus-Amazonas
2010**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAM

M528e Melo, André de Oliveira

Educar para a sustentabilidade : a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-Amazonas / André de Oliveira Melo. - Manaus, AM : UFAM, 2010.

101 f. : il. color. ; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Profa. Dra. Antonieta do Lago Vieira.

1. Comunidade, Desenvolvimento da – Boa Vista do Ramos (AM)
2. Educação não-formal - Boa Vista do Ramos (AM) 3. Desenvolvimento sustentável - Boa Vista do Ramos (AM) 4. Educação rural - Boa Vista do Ramos (AM) I. Vieira, Antonieta do Lago (Orient.) II. Título

CDU (1997): 332.146.2(811.3)(043.3)

ANDRÉ DE OLIVEIRA MELO

**Educar para a sustentabilidade: a experiência da Casa Familiar Rural de
Boa Vista do Ramos-Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção de título de **MESTRE em Desenvolvimento Regional**.

Aprovado em 08 de abril de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Antonieta do Lago Vieira
ORIENTADORA-Universidade Federal do Amazonas-UFAm/PRODERE

Prof. Dr. Pery Teixeira
Examinador-Universidade Federal do Amazonas-UFAm/PRODERE

Prof. Dra Rosa Helena Dias da Silva
Examinadora- Universidade Federal do Amazonas-UFAm/FACED

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha querida mãe Graça Passos, a minha estimada e querida vizinha Ninita, a minha filha Ana Flor e também aos agricultores e agricultoras do projeto revolucionário Casa Familiar Rural de Boa Vista Ramos, pelo apoio, estímulo e dedicação.

AGRADECIMENTO

Muitos contribuíram direta e indiretamente na elaboração do presente trabalho. Certo que não citarei todos e todas, porque a lista seria imensa e também para não cometer injustiças, sou grato a todos e a todas pelo apoio; porém; quero deixar meu reconhecimento em especial:

À minha querida mãe Graça Passos, pelo apoio e orientações, tanto como mãe e como Presidente da ARCAFAR-AMAZONAS;

À vovó Ninita, pelo estímulo, conselhos e o aprendizado que me proporcionou com suas histórias e vivências nas várzeas e terra-firme do Amazonas

Aos agricultores e agricultoras, em especial aos jovens da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos;

À Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM, pela concessão de bolsa de estudos e oportunidade na participação de eventos científicos, durante o período de estudo;

À minha orientadora Prof. Dra Antonieta do Lago Vieira, pela paciência e orientações para a construção deste trabalho;

Aos amigos monitores da CFR de Boa Vista do Ramos, em especial ao monitor Adalberto Pinheiro(Guerreiro), pelo apoio e incentivo assim como a amizade;

À pessoa do Prof. Dr. Francisco Mendes (in memoriam), pela oportunidade que me proporcionou durante o curso de mestrado em Desenvolvimento Regional; saudades;

Aos professores do PRODERE, pelo ensino, e muitas vezes mais que isso: amigos em horas de aflição na busca de conhecimento;

Aos amigos estudantes do PRODERE que cativei ao longo do curso (2007-201) sou grato pela amizade e pelo incentivo. Por me fortalecer nas tantas vezes em que pensei em parar no meio do caminho. Valeu!;

Ao grande Mestre Jesus, meu guia, minha fortaleza. Ele, que muitas vezes me fortaleceu, vem me fortalecendo e me alimentando com seu exemplo de Homem e ensinamentos divinos.

Educar para a sustentabilidade: a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-AM

RESUMO

A presente dissertação, resultado de um projeto de pesquisa, investigou a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-Am, com o objetivo mais amplo de identificar as contribuições da experiência para o desenvolvimento local e solidário, a partir de sua metodologia pedagógica. O estudo se desenvolveu numa abordagem qualitativa de pesquisa, no sentido de valorizar os significados que os indivíduos dão às suas ações, o meio em que constroem suas vidas, sua relação e o vínculo indissociável com o contexto no qual encontram-se inseridos. Como instrumentos metodológicos, utilizamos: (I) a pesquisa bibliográfica a respeito do tema, a partir de teses, dissertações, publicações diversas, material em meio eletrônico e outros; (II) pesquisa documental, através de fontes documentais importantes para análise da experiência da CFR de Boa Vista do Ramos como planos de estudo dos alunos, relatórios de visitas técnicas, regimento interno da CFR de Boa Vista do Ramos, atas, ofícios, memorandos, matriz curricular e outros; (III) pesquisa de campo, com a utilização de entrevistas semi-estruturadas, selecionando para as entrevistas os monitores que atuam na área técnica (técnicos ligados à agricultura, agroecologia, manejo de florestas e criação de animais em sistemas integrados), e professores das disciplinas da formação geral (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia). Também participaram das entrevistas alunos, egressos das turmas 2005 e 2007, pais, representantes da ARCAFAR-AM e parceiros financeiros e de apoio técnico-pedagógico. O critério para seleção dos jovens discentes, monitores, docentes e egressos deu-se na forma de sorteio em Assembleia Geral da Associação da CFR de Boa Vista do Ramos. Entretanto, pela exiguidade do tempo, os pais selecionados foram os dos jovens também selecionados. Com relação ao representante do movimento social e membro da comunidade, o critério para escolha deu-se pela participação e frequência nas reuniões e eventos realizados pelo projeto. O estudo permitiu, por um lado, constatar que a experiência da CFR de Boa Vista do Ramos é significativa para os sujeitos do campo, uma vez que os conhecimentos são organizados a partir da realidade dos mesmos. Nesse sentido, foi possível identificar que a proposta assentada na Pedagogia da Alternância pode ser uma alternativa educacional viável para o campo boavistense. A partir das entrevistas, identificamos o esforço para que ocorra a integração escola/família/comunidade na dinâmica educacional da CFR de Boa Vista do Ramos. Apesar das dificuldades inerentes a um projeto com este perfil, há uma significativa contribuição da CFR para os jovens do campo boavistense, uma vez que a mesma é vista pelos sujeitos como uma possibilidade de fortalecimento do desenvolvimento das unidades produtivas, com a introdução de técnicas ligadas à agricultura familiar e o fortalecimento da comunidade na luta pela legitimação dos direitos sociais. A pesquisa intencionou contribuir também com o movimento Amazonense “*Por uma Educação do Campo*”, no sentido de reconhecer e problematizar as inúmeras experiências de educação gestadas no Estado do Amazonas, pelos movimentos sociais, apontando elementos teóricos para esse debate.

Palavras-Chave: Pedagogia da Alternância – Desenvolvimento local - Casa Familiar Rural

Educating for sustainability: the experience of Rural Family House Boa Vista do Ramos -AM

ABSTRACTS

This dissertation is the result of a research project investigating the experience of the Rural Family House of Boa Vista do Ramos-Am with the larger goal of identifying the contributions of experience to local development and solidarity from his teaching methodology and projects professional staff of teachers participating project. The study developed a qualitative approach to capitalize on the meanings that individuals give to their actions, the environment in which they build their lives, their relationship and the inseparable link with the context in which it is enseres. This methodological tools used: (i) the literature on the subject from theses, dissertations, publications, materials in electronic and other means, (ii) documentary research using documentary sources important to analyze the experience of CFR BVR as plans estdudo students' reports of technical visits, internal rules of the CFR BVR, minutes, crafts, memorandum, and other curricular and (iii) field research with the use of semi-structured interviews, was selected for interviews monitors who work in the technical area (technical linked to agriculture, agroecology, forest management and livestock in integrated systems) and teachers of general subjects (Portuguese Language, Mathematics, Science, History and Geography), also participated in the interviews students, graduates of classes 2005 and 2007, parents, representatives of ARCAFAR-AM and partner financial and technical support pedagogical. The criterion for selection of young students, monitor, teacher and egress, occurred at random. However, the scarcity of time, parents were the ones of young people also selected. With respect to the representative of the social movement and a member of the community, the criterion for selection was determined by participation and attendance at meetings and events held by the project. The study allowed on the one hand, note that the experience of the Rural Family House of Boa Vista do Ramos is significant for the subjects of the field, since the knowledge is organized based on the reality of the same. In this sense, it was possible to identify that the proposal rested on the Pedagogy of Alternation can be a viable educational alternative for the field Boavistense. From the interviews identified the struggle for integration to occur school / family / community dynamics of educational CFR Boa Vista do Ramos, although there are constraints that limit and impede the participation of individuals, including the socioeconomic status of families and the community, the loss of financial autonomy of the CFR of Boa Vista do Ramos and the distant location of the school's place of residence of families. Despite the difficulties there is a significant contribution of the CFR for young Boavistense a field since it is seen by the subjects as an opportunity to strengthen the education field, the development of production units with the introduction of techniques related to family farms and strengthening community in the struggle for legitimacy of social rights. The research purposed also contribute to the Amazonian Movement "*For the Countryside Education*" to recognize and problematize the many education experiences engendered in the Amazonas State social movements, pointing theoretical elements to this discussion.

Keywords: Pedagogy of Alternation - Development - Rural Family House

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura: 1	- Vista externa da CFR de Boa Vista do Ramos-Am	24
Figuras: 2 e 3	- Comunidade Bom Pastor do Pari, Centro Social cedido para o funcionamento da CFR de BVR, no período de 2002 à 2004	32
Figuras: 4 à 7	- Etapas de construção de inauguração da CFR de BVR na comunidade Boa União	33
Figuras: 8 e 9	- Jovens da CFR realizando a Colocação em Comum	73
Figuras: 10 e 11	- Visita de Estudo na Fazenda do Sr. Manoel durante a Alternância de criação de bovino em sistemas integrados	77
Figuras: 12 à 14	- Visita de monitoria na comunidade Boa União	78
Figuras: 15 e 16	- Intervenção externa pela D. Candinha, 87 anos, ensinando os jovens a tecer utensílios e artesanato com fibras e cipó	80
Figuras: 17 e 19	- Atividade desenvolvida no PPVJ – Quintal Agroflorestal do jovem Thiago Rodrigues.	88
Figuras: 20 à 22	- Egresso Thiago Rodrigues iniciando a segunda etapa do PPVJ, consorciando a cultura da banana com outras espécies, a partir da técnica de círculo da bananeira.....	89
Figuras: 23 à 25	- Terceira etapa do PPVJ do egresso Thiago Rodrigues, agora com construção de Hortas Mandalas.....	90
Figuras: 26 à 28	- Croqui da propriedade da egressa Orilene Baraúna e visualização do Projeto Profissional e de Vida do Jovem.....	91

TABELAS E QUADROS

- TABELA 1** - Ingresso de alunos na CFR de BVR – ano 2002 à 2005
- TABELA 2** - Ingresso de alunos na CFR de BVR – ano 2004 à 2007
- TABELA 3** - Ingresso de alunos na CFR – ano de 2008, em andamento
- QUADRO 1** - Quadro quantitativo de CEFFAS distribuídas no Brasil
- QUADRO 2** - Síntese dos 04 pilares do CEFFAS
- QUADRO 3** - Matriz curricular da CFR de BVR (2009)
- QUADRO 4** - Síntese de compromisso da CFR de Boa Vista do Ramos-Am
- QUADRO 5** - Etapas para a construção de conhecimento na CFR de BVR
- QUADRO 6** - Ordem de classificação das ferramentas metodológicas da CFR de BVR
- QUADRO 7** - Processo de Formação pela Alternância

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCAFAR	- Associação Regional das Casas Familiares Rurais
AVINA	- Fundação Suíça pelo Meio Ambiente
ACAIA	- Associação dos Criadores de Abelhas Indígenas sem Ferrão em Boa Vista do Ramos
ACAF	- Associação Comunitária Agrícola e de Extratores e Produtos Florestais
CEFFAS	- Centro Familiares de Formação em Alternância
CFR	- Casa Familiar Rural
CFR de BVR	- Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
EFA	- Escola Família Agrícola
EAFM	- Escola Agrotécnica Federal de Manaus
EES	- Empreendimento Econômico Solidário
ENERA	- Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FUNBIO	- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IFAM	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IPAAM	- Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
INPA	- Instituto de Pesquisas da Amazônia
IMAFLORA	- Instituto de Certificação Agrícola e Florestal
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	- Ministério da Educação
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- MST** - Movimento dos sem-terra
- ONU** - Organizações das Nações Unidas
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROEJA** - Programa Nacional de Educação Profissional da Educação de Jovens e Adultos
- PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- PMVBR** - Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos
- SDT** - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- SENAES** - Secretaria Nacional de Economia Solidária
- Unitrabalho** - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
1. CASA FAMILIAR RURAL DE BOA VISTA DO RAMOS E SEU MODELO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	23
1.1 Apresentando a CFR de Boa Vista do Ramos – da ideia à elaboração de uma Pedagogia da Alternância	24
1.2 CFR de Boa Vista do Ramos – a sistemática de um conceito	37
1.3 Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância no contexto do desenvolvimento local e sustentável	40
1.4 A economia solidária no modelo pedagógico das Casas Familiares Rurais	52
CAPÍTULO II	
2. O MODELO EDUCATIVO DA CFR DE BOA VISTA DO RAMOS – UM ENSAIO PARA A SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ANÁLISE DOCUMENTAL	61
2.1 A metodologia do modelo pedagógico e sua influência na unidade de produção familiar	62
2.2 Os instrumentos pedagógicos da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-Am	68
CAPÍTULO III	
3. O PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	82
3.1 CFR de Boa Vista do Ramos e sua contribuição para o desenvolvimento local – um olhar a partir do Projeto Profissional e de Vida da Jovem- PPVJ	83
3.2 A execução do PPVJ na prática e seus impactos na unidade de produção familiar	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O presente estudo reflete sobre a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos e suas contribuições para o desenvolvimento local e sustentável em espaços rurais do município de Boa Vista do Ramos, Amazonas.

A pesquisa desenvolve-se em um contexto no qual os sujeitos que participam direta ou indiretamente (estudantes, pais, egressos, monitores, docentes, membros da comunidade e representantes dos movimentos sociais) fazem parte de uma proposta de organização do ensino e de um tipo de desenvolvimento que tem como referência a Pedagogia da Alternância.

Esta Pedagogia adota como princípio fundamental a participação de todos os sujeitos sociais na dinâmica da escola, visando ao fortalecimento da articulação entre ensino, família e comunidade para um foco maior, o desenvolvimento local.

A Pedagogia da Alternância, proposta pedagógica assumida pela Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, tem adquirido visibilidade nos últimos anos, estando presente em inúmeros estudos como os de Nosella (1977); Santos (2006); Ribeiro (2003); Queiroz (2004); Silva (2003); Passos & Melo (2008) e Nascimento (2005).

Estes autores defendem um novo conceito de educação para a população que vive e trabalha no campo, uma educação que deve ser pensada e materializada a partir dos interesses e com o protagonismo dos sujeitos que vivem no campo.

Uma Casa Familiar Rural (CFR) é uma instituição educativa no campo, criada para formar os filhos de agricultores familiares que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É considerada uma escola-residência, na qual os jovens, além de estudarem os conteúdos da educação básica, também recebem conhecimentos de formação geral e profissional. É administrada por uma associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto, constituindo-se uma Organização Não-Governamental (ESTEVAM, 2003).

O estudo da Pedagogia da Alternância nos interessa desde o final da década de 1990, quando participamos do I Seminário de Desenvolvimento Rural da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, em junho de 1996.

Desde então, tanto a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-EAFM, como algumas instituições e movimentos sociais participantes do Seminário vêm se empenhando em prol da mobilização, e fortalecimento e execução do Projeto Casa Familiar Rural no Estado do Amazonas.

Constatamos que sua proposta está voltada para o desenvolvimento local, com o envolvimento das famílias, na qual o aprendizado é baseado nas atividades desenvolvidas nas próprias propriedades das famílias dos jovens.

A experiência de Boa Vista do Ramos, que é resultado desse trabalho de mobilização e animação em prol da Educação do Campo, nos chamou atenção, principalmente, porque mostrou-se como uma estratégia que pode provocar algumas transformações substanciais na qualidade de vida dos sujeitos sociais e também porque sua intenção é resgatar o campo, não só como espaço de produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida (CFR de BVR, s/d).

- O CENÁRIO DA PESQUISA – BOA VISTA DO RAMOS, AMAZONAS

O município de Boa Vista do Ramos, cenário desta pesquisa, pertence ao Estado do Amazonas, cuja capital é Manaus, localizado no coração da floresta Amazônica, centro da região Norte do Brasil.

O Estado do Amazonas ocupa área de 1.577.820,2 km², limitando-se ao norte com a Venezuela e o Estado de Roraima; a noroeste com a Colômbia; a leste com o Estado do Pará; a sudeste com o Estado de Mato Grosso; ao sul com o Estado de Rondônia; e a sudoeste com o Peru e o Estado do Acre.

É o maior Estado do Brasil, ocupando mais de 18% da superfície do País e seu território está distribuído pelo Planalto das Guianas (ao norte) e pelas encostas do Planalto Brasileiro (ao sul).

No que diz respeito às origens do município de Boa Vista do Ramos, o mesmo está intimamente ligado ao município de Maués. A denominação de Boa Vista do Ramos advém do fato de que no povoado havia uma casa comercial chamada 'Boa Vista', de propriedade do sr. Antero Roberto Pimentel, e 'Ramos' por estar localizada no Paraná do Ramos.

O povoado de Boa Vista do Ramos foi elevado à condição de zona distrital de Maués a 1º de dezembro de 1938, pelo decreto-lei nº 196. Em 1956, pela lei nº 117, o povoado passa a ser subdistrito de Maués. Essa condição perdura até 1961, quando em 12 de abril foi criado o município de Boa Vista do Ramos. A condição é curta, pois em 1964, pela lei nº 41, de 24 de julho de 1964, é extinto o município.

No ano de 1970, pela lei nº 1.012, de 31 de dezembro, readquire a posição de subdistrito de Maués. Volta a ser criado o município de Boa Vista do Ramos em 1981, pela emenda à Constituição nº 12, de 10 de dezembro, com território desmembrado dos municípios de Maués, Urucurituba e Barreirinha.

O município localiza-se à margem direita do Paraná do Ramos, a uma distância de Manaus de 270 km em linha reta e 367 km por via fluvial. Limita-se com os municípios de Maués, Urucurituba, Barreirinha e Itacoatiara.



Fonte: Imaflora (2003)

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2007), sua população está estimada em 13.138 habitantes, sendo que 51,14% encontra-se na zona rural e 47,86 % na sede do município. Atualmente, a economia do município é baseada no extrativismo vegetal, agricultura familiar e a pesca artesanal, complementadas com outras rendas como aposentadoria e auxílio governamental.

Ainda tecendo considerações a respeito do desenvolvimento socioeconômico do município, de acordo com dados do IBGE (2007), o setor moveleiro é muito expressivo no contexto econômico do município, representado por três marcenarias na sede do município e pelos extratores de madeiras. Duas associações têm organizado esse setor: a AABVR (Associação de Artesãos de Boa Vista do Ramos) e ACAF (Associação Comunitária Agrícola e de Extração de Produtos Florestais).

Essas associações, em parcerias com diversas instituições tanto governamentais e não governamentais, a exemplo do Instituto Federal de Educação do Amazonas - IFAm, PMBVR, Imaflora, Iraquara, Oficina Escola de Luteria da Amazônia - OELA, CFR de Boa Vista do Ramos entre outras, vêm contribuindo, praticando e criando metodologias participativas para a operacionalização do desenvolvimento do meio a partir de princípios da sustentabilidade.

Neste contexto, devemos considerar que a partir de 1998, o município de Boa Vista do Ramos, torna-se palco de projetos de desenvolvimento sustentável, pois mesmo estando inserido em uma das áreas mais preservadas da Amazônia, o município sofria com atividades predatórias. Por outro lado, a organização das comunidades e a capacidade criativa da prefeitura local possibilitaram o surgimento de projetos, como o criado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), em parceria com várias organizações locais, apoiado pelo Funbio e Fundação Ford.

A primeira linha de atuação do Imaflora, em Boa Vista do Ramos, visou ao desenvolvimento sustentável e se deu através da implantação da Agenda 21 local. Para começar este trabalho, foram escolhidas nove comunidades-chave, e destas foram selecionadas três: Vila Manaus, São Tomé e Santo Antônio do Rio Urubu. Entre as atividades desenvolvidas, realizou-se reuniões, coleta de dados para pesquisa e planejamento comunitário. Este trabalho foi precedido de um mapeamento participativo do uso do solo de todas as 44 comunidades do município.

Outra linha de atuação teve como vertente a promoção do manejo florestal sustentável. O trabalho envolveu um diagnóstico detalhado da atividade madeireira no município de Boa Vista do Ramos, além da realização de um inventário florestal na área, a capacitação em manejo florestal dos associados da ACAF e a elaboração de um plano para uso da área. A idéia foi desenvolver junto à comunidade adaptações no sistema de manejo que resultem na melhoria do aproveitamento da floresta.

Um dos resultados do projeto implementados pelo Imaflora e parceiros foi a elaboração da Agenda 21 de Vila Manaus, uma das comunidades do município de Boa Vista do Ramos. Foi também elaborado um plano de manejo florestal e a certificação florestal para a ACAF, com a utilização de recursos de cartografia e geoprocessamento.

Seu foco, a princípio, foi implementar uma experiência piloto de desenvolvimento sustentável no município de Boa Vista do Ramos (AM). Para tal, foram desenvolvidas ações voltadas não só para o planejamento participativo do uso dos recursos naturais e para o manejo e a conservação florestal, mas também para o fortalecimento institucional das organizações sociais locais e construção da cidadania.

Em suma, a atuação local do Imaflora acarretou o envolvimento da entidade em várias ações, com parceiros locais, em questões de organização social, regularização fundiária, manejo comunitário de recursos florestais, beneficiamento madeireiro, comercialização, capacitação e formação técnica e social de quadros, produção de informação e comunicação.

Foi neste cenário juntamente com apoio da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, hoje Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM- Campus Manaus Zona Leste, que o município de Boa Vista do Ramos experimentou a implementação da Casa Familiar Rural, iniciativa que visa oferecer aos jovens uma formação integral, que lhes permita atuar de forma mais ampla em sua propriedade ou em suas comunidades.

É importante ressaltar que desde 2005 a experiência da CFR de Boa Vista do Ramos despertou o interesse de profissionais da educação do campo, em pesquisar e sistematizar a iniciativa de uma escola que educa para a sustentabilidade. Tanto, que em março de 2007 a experiência torna-se foco de pesquisa do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Com isso, tratando da primeira produção acadêmica *Stricto sensu* a respeito da Pedagogia da Alternância no Estado do Amazonas.

- PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa teve como objetivo principal investigar as contribuições da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos para o desenvolvimento local, a partir de sua metodologia de ensino. Trata-se de um estudo sobre uma experiência particular que se desenvolve no Município de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas, a qual adota como proposta pedagógica de ensino, a Pedagogia da Alternância.

Esta proposta de organização do ensino conforme assinala Gimonet (1999, p. 44) “significa outra maneira de aprender, associando teoria e prática, ação e reflexão [...] partindo da própria vida cotidiana e dos momentos experienciais”.

Na perspectiva do autor, a Pedagogia da Alternância valoriza o saber de cada sujeito no seu contexto de vida, trabalhando a partir dos temas de interesse da realidade dos jovens do campo. Para analisar a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, orientamos nosso estudo por uma abordagem qualitativa de pesquisa.

A pesquisa qualitativa nos possibilitou compreender e refletir sobre o contexto social onde os sujeitos vivem e trabalham, as especificidades da escola, os limites e os desafios à operacionalização da mesma, assim como a expectativa dos sujeitos sociais que fazem parte direta e indiretamente da experiência, uma vez que, segundo Pádua (2000, p. 34), “as pesquisas qualitativas têm se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais”.

Para a aproximação do contexto da pesquisa e seus sujeitos, utilizamos como estratégia participar de algumas alternâncias, o que nos possibilitou realizar registro fotográfico que indica importantes questões para nossas análises, bem como perceber os desafios, os limites, as contradições e os condicionantes que geram descontinuidades no desenvolvimento das atividades da CFR de Boa Vista do Ramos.

No processo de construção, elaboração e execução desta pesquisa utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) **A Pesquisa bibliográfica**, na qual foi feito levantamento de todo o material possível relacionado com nossa temática de estudo, como: artigos, dissertações,

teses, publicações diversas, material em meio eletrônico e outros. Para Marconi e Lakatos (1986, p. 57) “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada e que tenha relação com tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”. Esse procedimento nos possibilitou a aquisição do referencial teórico que posteriormente embasou nossas análises acerca da Pedagogia da Alternância, da Educação do Campo e do conceito e adjetivos do termo Desenvolvimento.

- b) **A Pesquisa Documental** nos permitiu realizar a aquisição de fontes documentais importantes para a análise da experiência da CFR de Boa Vista do Ramos. Foi realizado levantamento junto à CFR de Boa Vista do Ramos; por exemplo, os documentos produzidos pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Amazonas (ARCAFAR/AM), instituição responsável pela organização das Casas Familiares Rurais no Amazonas. As análises priorizaram a Proposta Pedagógica da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos (2003), a Proposta Curricular da Casa Familiar Rural (2003, 2007 e 2009) e o Regimento Interno da Casa Familiar Rural (2000). Foram coletados e analisados os diversos documentos produzidos no âmbito da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, assim como a produção dos jovens, com o objetivo de identificar como se materializa a participação dos sujeitos na execução dos processos formativos da experiência. Nesse sentido, foram analisados diversos planos de estudos, cadernos, fichas pedagógicas, Plano de Formação, planejamentos, atas das reuniões da Associação, relatórios, documentos da Associação e outros.
- c) **Na pesquisa de campo**, adotamos como instrumento para a coleta dos dados a entrevista. A importância da entrevista dá-se pelo fato de que através dela pode-se obter informações contidas na fala dos sujeitos, possibilitando criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado possa lhe fornecer informações importantes, valorizando os sujeitos que compõem o universo da pesquisa. Contudo, não se trata de um procedimento sem intencionalidade; pelo contrário, deve ser planejada e organizada visando às categorias e os eixos que se pretende alcançar. A entrevista semi-estruturada foi adotada no intuito de fazer perguntas abertas junto aos sujeitos selecionados, com enfoque em algumas perguntas-chave. Nesse sentido, trabalhamos com jovens da turma que ingressou na Casa Familiar

Rural de Boa Vista do Ramos nos anos de 2002, 2004 e 2007. Selecionamos para as entrevistas os monitores que atuam com os conteúdos técnicos ligados à agricultura, agroecologia, manejo de florestas e criação de animais em sistemas integrados e professores que trabalham com disciplinas de formação geral (Português, Matemática, História e Geografia); também participaram das entrevistas alunos, egressos das turmas 2005 e 2007, pais, representantes da ARCAFAR-AM e parceiros financeiros e de apoio técnico-pedagógico, que é o caso da Escola Agrotécnica Federal de Manaus. O critério para seleção dos jovens discentes, monitor, docente e egresso, deu-se de forma de sorteio. Entretanto, pela exiguidade do tempo, os pais selecionados foram os dos jovens também selecionados. Com relação ao representante do movimento social e membro da comunidade, o critério para escolha deu-se pela participação e frequência nas reuniões e eventos realizados pelo projeto.

A sistematização dos dados buscou integrar e organizar as diversas informações obtidas através das entrevistas realizadas com os sujeitos da CFR de Boa Vista do Ramos, dos elementos evidenciados na análise documental e nas observações durante as alternâncias.

Após a organização de todos os dados, foi feita uma interação e articulação entre eles e os referenciais teóricos identificados na revisão da literatura, além do que foram pontuadas nossas percepções acerca das contribuições da experiência para o contexto no qual se encontra inserida. Todos os procedimentos destacados tiveram a intencionalidade de evidenciar elementos que pudessem atingir os objetivos da pesquisa.

- ESTRUTURA DO TRABALHO

A Dissertação estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado **Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos e seu modelo educacional no contexto do Desenvolvimento Local**, tem como principal foco apresentar os referenciais teóricos que norteiam a nossa pesquisa, bem como trazer os resultados das primeiras entrevistas, realizadas na CFR de Boa Vista do Ramos.

O segundo capítulo intitulado **O modelo educativo da CFR de Boa Vista do Ramos – um ensaio para a sistematização da experiência a partir da análise documental** discute, a partir das análise documental e observação das alternâncias, o processo de construção do Plano de Formação (matriz curricular) da CFR de Boa Vista do Ramos, como são aplicadas na prática as ferramentas metodológicas e a influência destas na unidade de produção familiar do jovem em formação.

E, por fim, no terceiro e último capítulo – **O Projeto Profissional do Jovem e sua contribuição para o desenvolvimento local** buscou-se evidenciar, a partir da pesquisa de campo, como a CFR de Boa Vista do Ramos faz desenvolvimento local a partir do Projeto Profissional do Jovem, e como esse projeto de intervenção vem diversificando a paisagem da propriedade rural a partir de técnicas de manejo florestal, agricultura orgânica, permacultura etc.

1. Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos e o seu modelo educacional no contexto do Desenvolvimento Local

1.1 Apresentando a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos – da ideia à elaboração de uma Pedagogia da Alternância¹

Pesquisar a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos nos permitiu resgatar, historiar e socializar uma experiência educativa que nasceu fundamentada em uma concepção de educação que valoriza os aspectos socioculturais e a formação para a cidadania dos jovens e adultos do campo boavistense.

Estamos falando de um projeto idealizado e construído pelos agricultores e agricultoras familiares rurais juntamente com suas organizações e representações, através da mobilização e organização comunitárias que no ano de 2002 conseguiram materializar o funcionamento da primeira Casa Familiar Rural no Estado do Amazonas, a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos.



Figura 01 – Vista externa da CFR de BVR - Fonte: Arquivo da ARCAFAR-AM (2006)

¹ Não é o caso de expor aqui toda a história da Pedagogia da Alternância das Casas Familiares Rurais. Pioneiros como Pessoti (1978), Nogueira (1998), Queiroz (1997), Estevam (2003), etc., já escreveram com grande precisão em pesquisas anteriores. Todavia, para introduzir-se neste conceito de formação para a sustentabilidade e neste método pedagógico, nos pareceu necessário retratar, num curto tópico do capítulo da dissertação, descrevendo especificamente a trajetória histórica da primeira Casa Familiar Rural do Estado do Amazonas, a CFR de Boa Vista do Ramos.

Antes de adentrar na experiência da CFR de Boa Vista do Ramos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica no sentido de entender o itinerário histórico da Pedagogia da Alternância, que data do ano de 1935.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta educacional que surgiu na França, em 1935, fruto da insatisfação dos filhos dos agricultores com o modelo educacional francês, que pouco considerava o meio rural (ESTEVAM, 2003). A insatisfação dos jovens franceses propiciou muita discussão, pois, estes não sentiam motivação para frequentar uma escola com conteúdos que não tinham significado para sua vida e para a profissão de agricultores. É nesse contexto que surge a Pedagogia da Alternância como uma forma de educação escolar capaz de atender as especificidades educacionais para jovens agricultores.

Pela necessidade de continuar em suas terras, e, com apoio de diversas organizações de base, um grupo de agricultores reuniram-se para pensar num tipo de formação que oferecesse aos jovens uma aprendizagem prática no estabelecimento agrícola familiar e que proporcionasse, ao mesmo tempo, uma formação geral e técnica. Surge, assim, o primeiro curso de formação agrícola, onde os jovens participavam uma semana por mês de atividades escolares e, o restante dos dias trabalhavam na propriedade. O curso acontecia no centro paroquial da comunidade. Assim, iniciam-se as bases da estrutura da Pedagogia da Alternância.

No período de 1934/1936 a experiência prossegue, já com 17 jovens, tendo sido criada uma cooperativa de produção, transformação e venda de produtos agrícolas. Em julho de 1937, foi organizada a primeira CFR com 30 jovens, sob a responsabilidade de uma associação criada pelos pais, para responder jurídica e administrativa, moral e financeiramente pela mesma.

Durante a década de 1950, a experiência começa a chamar a atenção e se expande para outros países da Europa. Atualmente, mais de trinta países no mundo utilizam a Pedagogia de Alternância das CFR's sob a coordenação da Associação Internacional das CFR's e de suas ARCAFA's.

No Brasil, este modelo educacional é pouco conhecido por educadores em geral e a própria sociedade desconhece o sistema de alternância, ficando assim, restrito aos indivíduos nela envolvidos; ou seja, educadores comprometidos com os movimentos sociais e os grupos sociais organizados, que pela organização conseguem munir-se de subsídios que os possibilita

serem apresentados ao sistema. O modelo de alternância é adotado no Brasil dentro dos Centros Familiares de Educação por Alternância (CEFFA), recebendo denominações diferentes em cada região: Escola Família Agrícola (EFA), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR) Casa Familiar Rural (CFR), que se organizam em três associações – UNEFAB, ARCAFAR-SUL e ARCAFAR-NORDESTE E NORTE.

A história da Pedagogia da Alternância é mais que uma história de educação. “É uma história que envolve as problemáticas relacionadas ao universo camponês nas suas dimensões ecológicas, políticas, econômicas, sociais, profissionais e culturais” (BEGNAMI, 2004, p. 3). No entanto, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA’s) e as Casas Familiares Rurais (CFRs) que adotam a Pedagogia da Alternância não são frutos fortuitos do acaso e nem das iniciativas de políticas públicas interessadas nos problemas que afligem o campo. Vejamos afirmações de Gimonete (2007, p. 27) a respeito deste assunto:

Os agricultores inventores e seus porta-vozes pedagógicos não se basearam em teorias ou conceitos para colocá-los em prática de maneira dedutiva. Não, eles perceberam, escutaram e se conscientizaram dos problemas, das necessidades. Questionaram-se, formularam hipóteses, e têm enunciado soluções... Em seguida, inventaram, realizaram, agiram, implementaram, arriscaram,. Uma vez engajada a ação, observaram, escutaram, olharam as práticas. Analisaram, destacaram os componentes do sistema e os fatores de êxito e de fracasso... Disto tudo extraíram idéias, pensamentos, saberes e conhecimento, mesmo que fosse empíricos ... Confrontaram com outros, diferentes, para atingir outros saberes, outros conhecimentos mais amplos no campo das ciências educativas ... para entender melhor, agir melhor a fim de prestar um serviço educativo, responder às necessidades, contribuir para o desenvolvimento das pessoas e do meio rural.

É importante ressaltar que o itinerário da Pedagogia da Alternância no Brasil começa com as EFA’s implantadas no Estado do Espírito Santo na década de 1960. As primeiras iniciativas de criação de EFAs no Espírito Santo desenvolveram-se junto aos agricultores, empobrecidos pela política do intervencionismo econômico estatal que excluía a agricultura familiar em detrimento da grande empresa agrícola moderna. O projeto promocional da EFA tinha como finalidades a melhoria da produção agrícola e da qualidade de vida no campo (CALIARI, 2002).

Para operacionalizar o projeto da EFA, cria-se o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que é fundado em 1968 como entidade civil mantenedora, filantrópica, sem fins lucrativos. Uma organização de inspiração cristã,

sensibilizada pela situação da crise econômica e social por que passavam os agricultores do sul daquele estado, ao final da década de 1960. Nosella (1977) informa que a experiência inicia-se tendo como referência inspiradora a escola de alternância da Itália e como apoiadores financeiros, entre outros, a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo (AES), uma organização não governamental criada, na Itália, para ajudar no processo de implantação e manutenção da proposta.

O segundo movimento de formação por alternância iniciou-se na década de 1980, quando ocorreu a implantação das primeiras experiências de Casas Familiares Rurais no Brasil. No entanto, foram experiências que nasceram e se desenvolveram totalmente desvinculadas das EFA's, constituindo desta forma um outro movimento, vinculado diretamente ao movimento internacional das MFR's e sob orientação direta da UNMFR's da França, através da atuação de um assessor pedagógico que viabilizou a implantação e o desenvolvimento da proposta.

O interesse pela implantação do projeto no território brasileiro aconteceu por ocasião de uma viagem de técnicos brasileiros ligados ao Ministério de Educação e Secretaria Estaduais de Educação à França, em 1979. Segundo o Assessor Pedagógico da UNMFRs, no Brasil, professor Pierre Gilly, a primeira experiência da CFR, no Brasil, ocorreu no Estado de Alagoas, em 1981, na cidade de Arapiraca (BEGNAMI,2004). A experiência, porém durou pouco, Estevam (2003, p. 60) relata:

A região em que foi instalada a CFR tinha como sua principal fonte de renda a cultura do fumo de corda. Sendo que os agricultores eram afiliados a uma cooperativa local, em que recebiam assistência da EMATER e SUDENE. No entanto, devido a esta ligação com a cooperativa, cujo conselho de administração da CFR e a diretoria da Cooperativa era a mesma. E, portanto, todos os jovens e famílias eram convencidos a comercializar o fumo com a cooperativa e não aos comerciantes locais. Este fato gerou um descontentamento dos comerciantes que, no quarto ano de funcionamento da Casa, mandaram matar o Presidente da Cooperativa e o Secretario da Associação.

Diante desse problema, citado acima, a CFR acabou encerrando suas atividades. E, durante anos, o professor Gilly foi proibido, pela SUDENE, de frequentar o Estado de Alagoas. Entretanto, segundo informações pela ARCAFAR NORDESTE e NORTE (2009), já existem conversações para o reinício das atividades em Arapiraca e região, agora com apoio do MDA/SDT/PRONAF.

Outra tentativa de implantação de CFR no Nordeste foi no Estado de Pernambuco, no município de Riacho das Almas, em 1984. Este projeto também contou com apoio do professor Pierre Gilly. Todavia, ao longo do tempo, sofreu um desvio em seus objetivos, no lugar de fazer o que estava previsto na proposta da CFR, os monitores acabaram reproduzindo os mesmos propósitos de uma escola tradicional e agricultura do agronegócio. A partir desses acontecimentos, as autoridades locais resolveram cessar o apoio financeiro e a CFR acabou encerrando suas atividades em 1990.

Em seus estudos, Estevam (2003) afirma que, mesmo assim, essas experiências acabaram se constituindo como base de referência para o surgimento de outras CFRs no país. “Notoriamente, o caso da CFR de Riacho das Almas serviu como inspiração para o desenvolvimento das Casas Familiares do Sul do país, mais especificamente as CFRs do Estado do Paraná”(p. 61).

Os estudos de Estevam (2003) e Queiroz (2004) nos revelam que na região Sul do Brasil os primeiros contatos para a implantação das CFR's iniciaram-se em 1985, especialmente através da realização do Seminário Franco –Brasileiro, realizado em Curitiba – PR. Após este evento, Pierre Gilly entrou em contato com Euclides Scalco, então, chefe da Casa Civil do Governo. Após esse contato, houve a realização de palestras sobre as CFRs, nessa região: primeiramente no município de Santo Antonio do Sudoeste, em 1986, e em 1987 no município de Barracão - PR. Hoje há nos três estados do Sul do Brasil um total de 68 Casas Familiares, sendo que 36 estão situadas no Estado do Paraná, 25 em Santa Catarina, e 07 no Rio Grande do Sul.

Uma observação importante: a Pedagogia da Alternância foi implantada no Brasil em pleno regime militar, cujas políticas públicas para o campo priorizavam as grandes produções agropecuárias, o modelo de agricultura patronal, voltado para as monoculturas e ao mercado externo, com grande tendência ao uso de tecnologias com o conseqüente abandono generalizado da mão-de-obra e proletarização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, a Pedagogia da Alternância tem passado por várias fases e em cada uma delas se percebe um aprimoramento. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a alternância é definida como informal e destina-se a formar agricultores técnicos. As escolas são informais, com cursos livres, sem nenhuma preocupação legal de

órgãos competentes. No início, houve uma tentativa de separar as escolas por gênero, criando escolas para moças e rapazes. Essa ideia que logo foi descartada.

A segunda fase configura-se pela implantação da alternância na educação formal supletiva. Nessa fase, dividia-se o curso em dois ciclos. O primeiro correspondia à 6º e 7º anos, o segundo correspondia aos 8º e 9º anos. Tinha duração de três anos, com diploma de conclusão de ensino fundamental e pré-qualificação profissional em agropecuária. “O público era, na maioria, de adolescentes acima de quatorze anos de idade, filhos de agricultores familiares” (BEGNAMI, 2004, p. 7).

Na terceira fase, início dos anos 1980, a alternância é introduzida na educação regular, marcada pela defesa da escola pública como direito dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essa fase coincide com o processo de abertura e democratização da sociedade brasileira e está intimamente ligada ao vazio de escolas no campo e do campo. É, também, uma reação das organizações camponesas que passam a reivindicar o direito à escola e, em muitos casos, uma escola diferente, com uma identidade própria de escola do campo (CALDART, 1999, 2002; MOLINA, 1999, 2002; ARROYO, 1999, 2002). Foi nessa década que a experiência se expandiu para quase todos os Estados e também o momento em que entra em crise. Sobretudo no momento “[...] do acoplamento do modelo de alternância com o sistema convencional de ensino que impõe o programa oficial e não respeita as especificidades de um sistema de educação por alternância, gerando com isso, incertezas e inseguranças entre outros problemas” (BEGNAMI, 2004, p. 10). Por outro lado, foi nessa década que a alternância adquiriu uma identidade nacional.

A partir do início da década de 1990, inicia-se uma nova fase da alternância no Brasil. Esta fase é marcada por três características básicas: a) a necessidade de fortalecimento institucional, a partir de amparos legais; b) a implantação e fortalecimento das organizações regionais e locais, ou seja, as associações EFA e CFR; c) a adequação da formatação ao meio rural que sofre mudanças com as políticas de globalização. Nessa etapa, aparece a presença marcante da Solidariedade Internacional dos Movimentos de Formação Rural (SIMIR) que, desde 1993, começou a colaborar com ajuda financeira para algumas regionais.

A Pedagogia da Alternância, hoje, encontra-se em todos os estados brasileiros, seja através das experiências das EFAs ou das CFRs. Em cada região, a proposta sofre pequenas alterações sem, contudo, descaracterizar a proposta inicial. Como toda proposta pedagógica,

depende de fatores políticos e contextuais para lograr êxito em suas atividades. Veja abaixo a distribuição dos CEFFAS no Brasil.

Quadro: 01- quadro quantitativo de CEFFAS distribuídas no Brasil

CEFFAS	SIGLA	REGIÃO/ESTADO			TOTAL
ESCOLAS FAMILIAS AGRICOLAS	EFA	NORTE 15	AM	0	133
			AP	6	
			RO	4	
			PA	2	
			TO	3	
		NORDESTE 68	BA	33	
			CE	2	
			PI	13	
			SE	1	
		SUDESTE 42	MA	19	
			ES	24	
			MG	15	
		CENTRO OESTE 8	RJ	3	
			GO	4	
			MT	1	
CASA FAMILIAR RURAL	CFR	SUL 68	MS	3	103
			PR	36	
			RS	7	
		NORTE NORDESTE 27	SC	25	
			AM	1	
MA	9				
PA	25				
TOTAL		236 UNIDADES			

FONTE: ARCAFAR-AM (2009)

O movimento em prol das CFR's no Estado do Amazonas, o marco zero é junho de 1995, quando uma Técnica Administrativa, Pedagoga da EAFM, visita as experiências do Estado do Pará.

A partir de 1996, a Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Norte e Nordeste (ARCAFAR NORTE E NORDESTE DO BRASIL), em convênio de cooperação técnica com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e com a colaboração de outros Órgãos Governamentais e Não-Governamentais, Associações, Sindicatos e Grupos envolvidos com a questão sócio-ambiental, vêm discutindo e apoiando as ações relativas à organização das Associações das Casas Familiares Rurais no Estado. Através da realização de seminários e eventos protagonizados pela *Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo* e pelas diferentes práticas e reflexões teóricas de inúmeras experiências não formais de educação, levaram à construção de um movimento em muitos municípios, que vem se fortalecendo a cada dia. Assim relata a coordenadora de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do IFAM/Campus Manaus Zona Leste:

O primeiro município a experimentar o movimento contagiante da Casa Familiar Rural foi o município de Rio Preto da Eva, em 1995, onde a professora Graça Passos realizou oficinas e curso referente à Pedagogia da Alternância; essa experiência em Rio Preto foi significativa, pois foi a partir dela que se iniciou todo um movimento no Estado do Amazonas. Podemos citar alguns como Maués, Apuí, Presidente Figueiredo e Parintin; este último está com projeto aprovado para iniciar um curso de Técnico em Agroecologia com parceria pedagógica da ARCAFAR e IFAM, financiado pelo PRONERA. Mas é em Boa Vista do Ramos que nasce a primeira experiência do Estado do Amazonas, em 2002.(entrevista 03, 2008).

No que diz respeito à experiência do município de Boa Vista do Ramos, as primeiras discussões a respeito da Pedagogia da Alternância é confirmadas pela Presidente da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Amazonas-ARCAFAR-AM.

No município de Boa Vista do Ramos, as discussões sobre a Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural iniciaram em dezembro de 1999 por ocasião da Conferência para o Planejamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável de Boa Vista do Ramos, promovido pelo IMAFLORA, Escola Agrotécnica Federal de Manaus e Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, quando o projeto foi apresentado à comunidade Menino Deus do Curuçá. A partir de então, foi dado o início das atividades de difusão e divulgação nas comunidades do município. (M.G.S.P, 2007).

Mesmo apresentado e discutido na comunidade Menino Deus do Curuçá, foi na comunidade Cristo Bom Pastor do Pari, em caráter provisório, que iniciou as atividades da

primeira Casa Familiar Rural do Estado do Amazonas, em 13 de maio de 2002, com 26 jovens representando 18 comunidades do município.

Em 2001, destacamos a criação da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, que contou com a adesão de inúmeros segmentos sociais, entre eles, lideranças comunitárias, representantes de associações locais, pais, jovens e etc. Foi um período de intensas mobilizações e articulações como: escolha dos dirigentes, formação de equipe técnica, seleção dos jovens que formariam a primeira turma, pesquisa participativa, a elaboração da proposta pedagógica, a busca de parceria com a prefeitura e outras instituições de apoio financeiro.



Figura: 02 e 03: Comunidade Bom Pastor do Pari, Centro social cedido para o funcionamento das atividades da CFR de Boa Vista do Ramos-AM (2002-2004) – Fonte: Arquivo da ARCAFAR-AM

No que se refere à construção da estrutura física, a CFR de Boa Vista do Ramos contou com financiamento da Fundação Avina, Fundação Daniel Dazcal, Novib, Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos e Associação das Famílias da CFR de Boa Vista do Ramos. Essa nova estrutura, inaugurada em maio de 2004, está localizada na Comunidade Boa União, no distrito do Rio Urubu, com uma área de 10.000 m², em um terreno doado pela

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. As figuras 04; 05; 06 e 07 mostram uma construção moderna, que mescla madeira e alvenaria, com cobertura de palha e que foge aos padrões das escolas da rede municipal. Um dado importante é que 85% da madeira utilizada na construção da CFR de Boa Vista do Ramos é certificada, oriunda da ACAF. O primeiro presidente da CFR de Boa Vista do Ramos nos esclarece essa historicidade. Vejamos:

[...] antes de fundar a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, a gente debatia que nós queria uma escola diferente em nossa comunidade, uma escola que estudasse a nossa realidade, que tivesse sentido e que nossos filhos pudessem ficar aqui com a gente, porque manter um filho estudando na cidade é muito caro, e muitas das vezes a gente não tem condição de manter [...] A construção da CFR foi um trabalho duro, todos os dias a gente vinha abrir palha e ajudar na parte de carpintaria, tem suor dos pais nesta construção aqui, um esforço de todos que acredita neste projeto. [Entrevista 12, maio de 2009]



**Figura: 04,05,06 e 07 – Etapas de construção e inauguração da CFR de BVR- Comunidade Boa União –
Fonte: ARCAFAR-AM (2009)**

A arquitetura da CFR visa a criar uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, facilitando a estadia dos jovens no período das alternâncias. A organização do espaço físico da escola evidencia que a educação para os filhos dos sujeitos do campo deve ser organizada em espaços dignos onde os jovens sintam-se motivados a participar e a construir coletivamente o conhecimento. A esse respeito, Parmigiane (2003) ao refletir sobre uma escola de assentamento, destaca que os sujeitos do campo merecem ter uma escola com espaços dignos de aprendizagem. A autora revela as condições precárias onde se desenvolvem os processos formativos e destaca que “na visão dos trabalhadores, a escola para seus filhos deve ser igual a dos ricos”, isso porque o sonho de uma escola diferente é o resultado da negação da escola concreta ao meio rural, ou seja, a negação de uma escola digna no meio rural faz com que os sujeitos organizem-se e reivindiquem uma escola e uma educação que corresponda às suas necessidades e expectativas (PRAZERES, 2008).

A partir das figuras 04,05,06 e 07 é possível constatar que a CFR de Boa Vista do Ramos foi construída de forma coletiva, com o apoio de inúmeros sujeitos, e traz consigo a mensagem de que a experiência nasceu dos anseios de homens, mulheres e jovens do campo que sonharam e sonham em construir uma escola e uma educação para o desenvolvimento sustentável e solidário. Em síntese, a experiência é fruto da cooperação e da solidariedade dos agricultores familiares rurais e ribeirinhos do Município de Boa Vista do Ramos, que historicamente tiveram seus direitos negados e lutam para que sejam reconhecidos como cidadãos de direitos.

Dentro dessa realidade, nasce a CFR de Boa Vista do Ramos, em 2002, após um longo período de idealização, construção e elaboração da proposta pedagógica e do regimento interno. É uma instituição educativa que visa oferecer aos jovens da região uma formação integral adequada a sua realidade, que lhes permita atuar como profissionais no meio em que vivem. O projeto é regido por uma associação de agricultores através de um Conselho de Administração eleito em Assembleia Geral, que tem por objetivo administrar o projeto [Entrevista 21, agosto de 2009]

A inauguração da estrutura física da CFR de Boa Vista do Ramos representou uma vitória para os sujeitos envolvidos. Seu principal objetivo é oportunizar uma escola do campo para jovens filhos e filhas dos trabalhadores rurais, com traços arquitetônicos a permitir uma sintonia com os costumes e as tradições da população local, possibilitando inclusive o uso de redes nos alojamentos, costume tão comum no cotidiano das pessoas naquela localidade.

Contudo, ela é muito mais que um espaço físico. Para os jovens, ela é a Casa. E isso pode ser atestado na fala do jovem M.R.B, estudante entrevistado neste estudo (2009) “[...] é como o nome já diz, é a Casa Familiar Rural, é como se fosse a nossa casa, nós somos uma família. Aqui a gente aprende a viver em comunidade, o que dificilmente a gente aprende nas escolas do município”. A fala do jovem é muito significativa e expressa a importância da experiência para esses sujeitos.

A CFR vem atendendo as 42 comunidades rurais ribeirinhas do Município de Boa Vista do Ramos. Os jovens residem tanto na região de terra-firme como em áreas de várzeas, desenvolvendo atividades de agricultura familiar, contudo, sem abandonar as atividades extrativistas. É neste contexto e por essa especificidade do uso quase exclusivo dos recursos naturais renováveis, que surge a necessidade de formação profissional e técnica dos jovens, para que estes possam contribuir com desenvolvimento socioeconômico de suas famílias, assim como, da própria comunidade onde estão inserido, vindo, a partir do manejo dos recursos naturais, a oportunidade de geração de trabalho e renda e garantia de qualidade de vida.

A experiência atualmente está em seu sétimo ano de funcionamento e já formou duas turmas de Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de nível fundamental, totalizando 34 jovens, oriundos de diversas comunidades do município, e está previsto para agosto de 2010 a formatura da terceira turma. Vejamos as tabelas abaixo:

Tabela 1 –Ingresso de aluno na CFR de Boa Vista do Ramos - Ano: 2002 -2005

Turnos	Série	Idade	Sexo		Alunos Matriculados	Evadidos	Transferidos	Admitidos	Alunos Formados
			M	F					
Diurno	PROEJA	15- 25	15	11	26	9	-	-	17
		Total	15	11	26	9	-	-	17

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Tabela 2 – ingresso de aluno na CFR de BVR - Ano: 2004 – 2007

Turnos	Série	Idade	Sexo		Matricula Inicial	Evadidos	Transferidos	Admitidos	Alunos Formados
			M	F					
Diurno	PROEJA	14 - 30	20	10	30	13	-	01	18
		Total	20	10	30	13	-	-	18

Pesquisa de Campo (2008)

Tabela 3 – ingresso de aluno na CFR de BVR - Ano: 2008 – em andamento

Turnos	Série	Idade	Sexo		Alunos Matriculados	Evadidos	Transferidos	Admitidos	Alunos Formados
			M	F					
Diurno	PROEJA	14 - 35	15	16	30	6	-	-	24
		Total	20	16	30	6	-	-	24

A CFR de Boa Vista do Ramos destina-se, prioritariamente a jovens e adultos do meio rural, de ambos os sexos, com idade a partir de 14 anos, desejosos de permanecer na atividade agrícola e florestal e que tenham, preferencialmente, cursado a primeira etapa do ensino fundamental (a antiga 4ª série).

O Projeto CFR de Boa Vista do Ramos utiliza uma metodologia de ensino chamada Pedagogia da Alternância. Nesse modelo, os jovens passam uma semana na **Unidade de Ensino**, em regime de internato, e duas semanas na **Unidade Familiar**, na comunidade. Durante a semana na Unidade de Ensino, são realizados os acompanhamentos das atividades pelos monitores, assessorando e orientando os jovens.

No período de estudo na Unidade de Ensino, os (as) jovens se apropriam de conhecimentos teóricos e práticos possíveis de ser aplicados na Unidade Familiar e comunidade. Esse período, em regime de internato, permite aos (às) jovens experiências de cooperação e vivência comunitária. No período de trabalho na Unidade familiar, os (as) jovens desenvolvem atividades produtivas familiares, colocando em prática e ampliando o aprendizado teórico e, ainda, pesquisam o funcionamento do meio familiar e comunitário, integrando teoria e prática. O período de trabalho junto da família e o estágio na comunidade

permitem ao (à) jovem participar do trabalho agrícola e florestal, engajar-se nas organizações dos (as) agricultores (as), colocando em prática o saber e as técnicas apreendidas na escola.

Os ciclos de alternância são temáticos, ou seja, por temas geradores, para possibilitarem o estudo aprofundado das vocações produtivas da região, e foram definidos durante a mobilização das famílias para a identificação dos jovens na comunidade; esse momento é chamado de pesquisa participativa. O período de formação profissional desses jovens é três anos, com apresentação de um projeto profissional, elaborado e executado por ele e sua família, durante a sua formação na CFR.

Nesse item, tivemos a intenção de apresentar e localizar de forma sucinta a CFR de Boa Vista do Ramos, uma experiência popular que se desenvolve no Estado do Amazonas. Os objetivos subjacentes seguiram no intuito de demonstrar o esforço realizado pelos sujeitos do campo boavistense, na tentativa de legitimar uma proposta educacional alinhavada com suas perspectivas de vida e de trabalho, assim como, destacar que apesar de todos os obstáculos e limitações, a experiência foi construída desde as primeiras discussões até a sua construção final de forma participativa com a adesão de inúmeros segmentos sociais, entre eles, homens, mulheres e jovens, que idealizaram o sonho de ter uma escola do campo, da floresta e das águas.

No entanto, a idéia não é substituir o papel do Estado enquanto responsável pela promoção da educação de qualidade, mas provocar mudanças que constituíssem referências para gerar as políticas públicas educacionais para o campo, assim como evidenciar um modelo educacional que tenha como objetivo uma educação para a vida sustentável, assim como o desenvolvimento econômico solidário dos sujeitos do campo.

1.2 CFR de Boa Vista do Ramos – a sistematização de um conceito

A CFR em um conceito “*latu senso*” é um ambiente educativo no meio rural, onde se desenvolve a formação geral e profissional de jovens e adultos. A CFR é também um espaço de convergência de ações voltadas à organização de trabalhadores rurais. Esta instituição tem como principal objetivo oferecer alternativas de desenvolvimento econômico, social e

ambiental para os/as jovens e suas famílias melhorando a qualidade de vida e consequentemente, possibilitando a permanência do/da jovem no meio rural com padrões de vida compatíveis com o mundo atual, ou seja, tem como ponto fundamental, a relação entre escola, família e comunidade à qual os jovens agricultores estão inseridos proporcionando a sua interação e a troca de conhecimentos, devido a utilização da Pedagogia da Alternância.

No entanto, para praticar e compreender a Pedagogia da Alternância das CFR's para a promoção do desenvolvimento socioeconômico solidário de uma determinada região, é necessário que os participantes envolvidos no projeto possa entender que “ *o jovem (pré-adolescente, ou jovem adulto) em formação, isto é, o ‘alternante’, não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território* (GIMONET, 2007, p. 19).

Neste sentido, penso que aqui seja necessário entender *o que é, e o que* a Casa Familiar Rural se propõe, tanto na sua organização pedagógica como sua função social, econômica e ambiental.

Para entender como a CFR de Boa Vista do Ramos vem trabalhando o processo organizativo dos comunitários para o desenvolvimento local e solidário no município, a partir de suas metodologias de ensino, nosso primeiro questionamento foi saber se os entrevistados (pais, alunos e educadores) sabiam conceituar o que é uma CFR. E assim se expressaram:

É um espaço onde se concentra vários alunos do município com objetivo de aprender como melhorar a produção e o desenvolvimento da propriedade e do próprio município [...] é um espaço que ensina a gente se organizar, ensina a aprender também a ser mais humano com nossos irmãos, a ter ideia da importância da família e valorizar nosso espaço (Entrevista 05)

É um projeto [...] uma escola que vem dar oportunidade a muitas pessoas, jovem e alunos, ter oportunidade de aprender para ajudar os pais na agricultura, no trabalho do dia a dia, também fazer o jovem ter uma visão diferente sobre o meio ambiente (Entrevista 01)

É um projeto desenvolvido juntamente com família da zona rural, para estudar as coisas do campo, porque muitos, não valorizam as coisas que tem na zona rural; a partir deste conhecimento da CFR a gente aprende a valorizar mais as coisas da zona rural [Entrevista 06]

É uma escola onde o aluno estuda a teoria e a prática e também ajuda o aluno a viver na comunidade e trabalhar na própria propriedade; a CFR é uma escola diferente de todas que já conheci; é meio difícil de explicar[...] (Entrevista 02)

A Presidente da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Amazonas-ARCAFAR-AM, conceitua CFR como:

[...]um centro de convergência [...], é uma escola [...], é um espaço onde os agricultores e agricultoras se articulam e desenvolvem ideias e praticam essas ideias, junto com seus filhos[...], é um espaço que é a cara de cada trabalhador e trabalhadora rural que sonha com um mundo melhor, que luta pela conservação do meio ambiente, não de forma romântica, mas fazendo o certo[...], o manejo dos recursos naturais com uma visão do ecológico, do social e do econômico, um econômico solidário e justo. Então, conceituar CFR é muito complexo não é fácil assim, mas cada um que é envolvido e vive o projeto sabe sua importância e do potencial que ela é[...], para mim, é um projeto revolucionário e que incomoda muita gente. (Entrevista 08)

Estevam, complementa o conceito e o sentido de uma CFR dizendo que é:

[...] uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma formação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o ensino fundamental, podem estudar os conteúdos de 5º a 8º série e também os conteúdos de formação geral e profissional sem abandonar suas atividades. (ESTEVAM, 2003, p. 19).

A partir dos conceitos apresentados pelos entrevistados e por Estevam (2003), pode-se entender que a CFR é um ambiente educativo, não só do ponto de vista do aprendizado sistematizado dos conteúdos e escolarização dos jovens agricultores; é, sobretudo, onde os jovens desenvolvem suas potencialidades e habilidades em todos os sentidos. Um dos pais assim se manifesta:

Não trata-se de uma simples escola, ela também ensina para a vida, meu filho mudou muito depois que entrou na Casa Familiar Rural, mudou o jeito de tratar as pessoas [...] eu digo mesmo [...] sou fã deste projeto que para mim transformou meu filho e minha família. Aqui na comunidade tem jovem que até deixou de vícios feio, um deles foi a de beber cachaça e usar drogas (Entrevista 10).

A partir de um olhar holístico e sistêmico, pode-se compreender que a CFR visa a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, através da aplicação de conhecimentos técnico-científicos organizados a partir de conhecimentos familiares e através

da Pedagogia da Alternância. E buscam, ao mesmo tempo, fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, ou seja, desenvolver a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequada, e de transformação de comercialização mais justa e solidária, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente; e desenvolver práticas capazes de organizar melhor as ações de saúde, de nutrição e a cultura dessas comunidades (ARCAFAR, 2005).

1.3 Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no contexto do Desenvolvimento Local e Sustentável

No Brasil, não houve políticas públicas de educação efetivas que viessem atender as reais necessidades dos camponeses. O que se promove neste sentido são programas e campanhas educacionais que são abandonados a cada troca administrativa de governo. Os camponeses, neste contexto, sempre foram marginalizados, deixados à parte, fora de lugar, sem nenhuma participação na elaboração e construção de uma educação que viesse tirar o peso de mais de 500 anos de exclusão social. Pode-se considerar povo do campo todos e todas que mantêm uma relação de intimidade com a terra e de *“prática de vida campestre,[...] como[...] os povos tradicionalmente agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pesqueiros, indígenas, quilombolas, posseiros, meeiros e arrendatários”* (FURTADO, 2004, p.45).

No entanto, a obrigatoriedade e o direito pela educação para a população rural são legítimos, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996.

A educação para a população rural é tratada no capítulo II e seu art. 28, reza que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação e peculiaridade da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases dos ciclos agrícolas e às condições climáticas; adequações à natureza do trabalho na zona rural. (FURTADO, 2004, p. 51).

Cabe uma observação: a realidade nem sempre confere a possibilidade que a lei oferece. Furtado (2004) revela que um recente estudo realizado em projetos de Assentamentos rurais do MST, “[...] foi constatado que mesmo que as professoras sendo militantes do movimento, conhecedoras da proposta de educação que é trabalhada por elas, tem serias limitações na construção de um currículo que parta da realidade” (p. 51). Os motivos são variados, desde a própria competência dos professores para tal tarefa, até o fato de as escolas serem de rede oficial e estarem sob orientação de uma proposta de ensino que não leva em consideração o artigo 28 da LDB.

Os conteúdos e métodos das escolas rurais, muitas vezes são disfuncionais e inadequados às necessidades produtivas e familiares do meio rural. As referidas escolas entediam os estudantes, exigindo-lhes que memorizassem temas de escassa e duvidosa relevância; deixando à parte o ensino feito de uma maneira criativa, participativa e prática dirigida para aquilo que realmente necessitam aprender para tornarem-se mais auto-confiantes, mais empreendedores e mais auto-gestores.

As referidas escolas continuam engessando gerações de futuros agricultores, agricultoras, pais e mães de família, com baixíssima auto-estima, sem os conhecimentos sistematizados, sem as atitudes e sem os valores que necessitam para serem agricultores mais eficientes nas suas unidades produtivas, melhores educadores de seus filhos e solidários protagonistas das suas comunidades e de sua própria história.

A educação básica rural deveria ter um caráter mais instrumental no sentido de proporcionar aos estudantes conteúdos úteis, de modo que possam aplicar na correção das suas próprias ineficiências e na solução dos problemas que ocorrem nos seus lares, propriedades e comunidades, assim, contribuindo para um desenvolvimento integral e não fragmentário.

É da necessidade de se romper com essa cultura e forma de educar erradas, e na busca de um tipo de educação que prime pela humanização dos sujeitos sociais que habitam o campo, é que nasce no seio dos movimentos sociais uma nova discussão da educação do meio rural, denominada não só nos movimentos sociais mas na academia como Educação do Campo.

A educação do Campo se constrói pelos que vivem *no* e *do* campo, e que sonham e lutam por um desenvolvimento sustentável e solidário. CALDART (2002, p.26) relata o significado:

“**No**: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

A Educação do Campo vem se instituindo como área própria de conhecimento “*que tem o papel*” de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade, ou seja, do campo como lugar de atraso.

Passos (2006, p.6) explica que:

O meio rural não é um espaço provisório com já foi falado por alguns teóricos. Também não é um espaço vazio. Lá existe uma juventude que precisa exercer a sua cidadania e isto inclui o direito de ter uma educação de qualidade que possibilite sua permanência no meio rural com padrão de vida compatível com o mundo atual.

Segundo Molina (2004), o termo “*Educação do Campo*” nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), pois a mesma vem contrapor-se ao termo Educação Rural ou educação para o meio rural².

A não compreensão do significado da expressão *Educação do Campo*, por ser um termo usado a partir de 1990, produz o seu uso equivocado em discursos que se apropriam do termo educação do campo como sinônimo de educação rural. FERNANDES (2005) esclarece que não se trata de mudança de expressão, mas de mudança de paradigma:

² O termo Educação Rural está marcado pela ideia construída ao longo dos anos sobre o rural. Quando se fala em educação rural traz-se a ideia do senso comum que vê o campo como atraso, da não necessidade de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade para viver seu dia a dia, precisando apenas ter algum acesso à leitura e escrita, e de uma escola que se espelha no urbano, como espaço de progresso, esquecendo as especificidades do campo.

[...] quero diferenciar o conceito de educação rural do conceito de Educação do Campo. Essa é uma questão teórica e política que muitos desconhecem e que outros não aceitam. Os que não aceitam, sabem que o conceito de Educação do Campo vem sendo construído pelos sujeitos e em seus territórios. Não aceitam a autonomia e a liberdade que as políticas de Educação do Campo vêm proporcionando. Educação rural é um conceito construído pela lógica da subalternidade, por políticas determinadas por empresários, latifundiários, coronéis, entre outros. São ideologias diferentes: uma elaborada pelos próprios sujeitos, que a compreende porque constroem os seus conhecimentos; outra construída por uma classe para dominar o território, os sujeitos e os conhecimentos. (FERNANDES, 2005 b, p. 37).

Na abordagem aqui trabalhada, a Educação do Campo é a educação que atua *para e na* superação da situação de abandono, miséria, opressão e desumanidade presentes no campo brasileiro, produzida pelo capitalismo. O fato de substituir-se o termo *educação rural* por *educação do campo*, não faz dessa educação herdeira do passado histórico de lutas aqui apresentado e, tampouco, representa uma educação para além do capital.

Historicamente o campo foi esquecido nas políticas de educação. As constituições anteriores a 1988, pouco ou nada avançaram nesse sentido. Foi com a Constituição de 1988 que assegurou-se o direito público à educação básica, em todos os níveis e modalidades de ensino, possibilitando que a educação realizada nas escolas do campo fosse considerada no cenário da política educacional. (MEC, 2004).

A consideração da importância da educação para o campo nas Constituições ocorre a partir da pressão popular, que no jogo de forças com o grupo hegemônico esteve em desvantagem até 1988, em função da visão de que a industrialização só poderia ocorrer na cidade e para isso era preciso educar o operário, e que o campo, para suas funções, não precisava de educação escolar. Os direitos garantidos para os trabalhadores da cidade, não chegaram ao campo. Só em 1988 a educação começa a ser considerada como realmente importante também para o meio rural. Os avanços vão se ampliando. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 destaca em seu artigo primeiro:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (MEC, 2004, p. 39).

Esse avanço abre espaço à inovação pedagógica do campo, favorecendo as experiências educativas realizadas pelos movimentos sociais, e outras organizações que realizam projetos de educação do campo. É importante ressaltar que antes da LDB de 1996, o campo tinha assegurado pelo Estado somente até a terceira série da chamada escola primária. (MEC, 2004).

Então, podemos observar que a partir dos anos 1990, os povos organizados do campo conseguem agendar na esfera pública a questão da educação do campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direitos. Nessa trajetória de educação, e de luta por educação, foram realizadas, práticas, discussões e encontros de grande importância para elaboração da educação do campo, e muitas conquistas foram concretizadas.

No que concerne à educação do campo no Amazonas, especificamente no primeiro semestre de 2009, o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET em parceria com a então Escola Agrotécnica Federal de Manaus (Campus Manaus – Zona Leste), implementam o curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo, através da Chamada Pública nº 1 de 31 de março de 2008, referente a cursos e formação continuada de docentes no âmbito do PROEJA.

Até o momento da realização da pesquisa de campo desta dissertação de mestrado, o curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo do IFAM, o primeiro em nível de pós-graduação no Estado do Amazonas, já tinha concluído seu cronograma de disciplinas e realizado um seminário de Educação do Campo, da Floresta e das Águas. O objetivo principal do evento foi: (I) mostrar as experiências de Educação do Campo do Estado do Amazonas a partir dos projetos e experiências docente dos professores em formação, participantes do curso; (II) criação de uma agenda de educação do Campo no IFAM; (III) criação de um núcleo de ensino, pesquisa e extensão em Educação do Campo; (IV) apresentar a proposta de criação do Curso Técnico em Agroecologia na Pedagogia da Alternância, em parceria com o PRONERA; (V) a elaboração e divulgação da primeira Carta Manifesto da Educação do Campo do Estado do Amazonas e outros.

É importante ressaltar que essas intenções de fortalecimento da Educação do Campo no âmbito do IFAM também deve contemplar a formação dos próprios professores e técnicos administrativos do Instituto, em nível de mestrado e doutorado na temática em questão, no

sentido de fazer o IFAM repensar seus cursos, seus princípios, fundamentos e concepções nas áreas das ciências agrárias e florestal, haja vista que a Instituição é, ou pelo menos deveria se comportar como uma agência de desenvolvimento Regional, e por isso deve ser mais comprometida com o Campo, com a agricultura familiar, com a conservação dos recursos naturais amazônicos, levando em consideração o saber popular, as crenças e a cultura do amazônida.

É importante ressaltar que essas iniciativas para a operacionalização da Educação do Campo tiveram força a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo³, que buscam atender às reivindicações da sociedade organizada, principalmente representada pelos movimentos sociais, oferecendo apoio para a construção de propostas pedagógicas, considerando a diversidade, não reduzindo a compreensão do campo como lugar provisório, como já citado em algumas literaturas brasileiras. As Diretrizes mostram em seu texto o campo como um lugar de relações dinâmicas, de sujeitos construtores de sua história e condição de existência, um espaço diverso e multicultural.

Compreende-se neste sentido, que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, considera vital reconhecer e respeitar o modo peculiar de vida no campo para a constituição de identidade da população rural e sua efetiva participação na sociedade brasileira. Vejo que deve ser uma tentativa de, juntamente com a sociedade, não só resgatar o respeito ao camponês, que sempre foi visto como entrave para o desenvolvimento brasileiro; mas também, como ultrajado na mídia e na literatura como caipira, com o uso do nome de forma pejorativa, o que expressa um profundo desrespeito ao camponês⁴.

Partindo desse contexto, cabem às instituições dos sistemas do ensino observar as Diretrizes e adequarem-se, respeitando na realidade, saberes do camponês, conhecimentos da ciência e tecnologia, pois é importante ressaltar que as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo são Normativos do Conselho Nacional da Educação; cabe a nós, através da sociedade civil organizada, lutar para a concretização desse direito, que é legítimo.

³ Resolução de numero 01 de 03 de abril de 2002 instituída pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica.

⁴ Como exemplo pode citar os seguintes: (I) O “**JECA TATU**”, de Monteiro Lobato que retrata um camponês desprovido de inteligência, de falta de higiene, bronco etc. (II) O “**NERO DA CAPITINGA**”, da escolinha do Professor Raimundo, da Rede Globo. (III) também podemos evidenciar tal preconceito com os camponeses nas representações nas festas juninas, nas quais os caipiras são postos como desdentados e esfarrapados, vestindo-se inadequadamente para festas e casamento e entre outros.

Diante desse cenário, podemos evidenciar a íntima ligação entre os princípios e fundamentos da educação do campo com o propósito real do desenvolvimento local, pois em sua essência a operacionalização da educação do campo em espaços rurais é a concretização do desenvolvimento local e sustentável. Neste sentido, entendemos que o desenvolvimento local e sustentável, à luz dos princípios e fundamentos da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância são:

[...] é um processo e uma meta a ser alcançada no médio e longo prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. (BUARQUE, 1999, p. 33).

O termo Desenvolvimento Local é recente, e até mesmo, polêmico. O conceito de Desenvolvimento Local pode receber definições distintas e variáveis, depende do autor que se consulte. Ávila (2003, p. 15) esclarece dizendo que “*o significado desta expressão ainda é objeto de continua análise e discussão, em virtude de sua ainda muita curta trajetória histórica*”. Mas entendemos a partir de estudos de Buarque (1999) que o desenvolvimento local é, em essência, um processo micro-social de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem ser sincronizados com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos de inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e sua conservação. Amaro (2009, p. 108) contribui para uma formulação mais sistematizada na conceituação de desenvolvimento local. O autor a define como:

[...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

O autor complementa enfatizando que:

[...] corresponde sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, atores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de

situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas [...] (idem)

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005). Isto implica uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente na geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (SACHS, 2001).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica a articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999). Em suma, podemos compreender que o Desenvolvimento Local é um processo de transformação, de mudança significativa. Normalmente é centrado numa comunidade, isto é, o ponto de partida de referência é a própria comunidade local. O local enquanto resultado de uma construção de identidades — um conjunto de interesses que se identifica e assume ações mobilizáveis e de solidariedade concreta no que se refere aos aspectos econômicos, ambientais, culturais e sociais.

Freitas (2005, p. 27) afirma que “*o desenvolvimento só poderá ser chamado de local se houver a exploração e descobertas das potencialidades locais relacionadas ao processo de desenvolvimento, além dos elementos endógenos⁵ e exógenos⁶ ligados à comunidade-localidade*”. Neste sentido, vejo uma sinergia com os princípios e fundamentos da Educação do Campo, acreditando que o verdadeiro desenvolvimento local só é alcançado por meio de formação e educação da própria comunidade. E, assim, fazendo a comunidade-localidade, por

⁵ O desenvolvimento endógeno para Long e Van der Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo, e principalmente a valorização do saber local, assim como fazer os beneficiários como atores protagonista do processo.

⁶ É o desenvolvimento feito com recursos exógenos, isto é; investimentos oriundos de fora da região. Geralmente quando o capital de investimento é de fora da região, é comum que tanto os materiais como os serviços para a implantação do empreendimento também venham em grande parte de fora. O desenvolvimento exógeno acontece principalmente através da instalação de empresas cuja matriz não é na região. Geralmente são empresas de porte médio e grande, que se instalam em função de algum atrativo que a região oferece, seja por razões logísticas, ou pela disponibilidade local de recursos humanos habilitados ou outras razões. Trazem uma cultura empresarial diferenciada que pode contribuir ao enriquecimento cultural dos recursos humanos locais. Por outro lado, muitas vezes desprezam a cultura empresarial local, não aproveitando recursos humanos de alto nível local.

ela mesma, assumir as redes do processo de desenvolvimento. E esse desenvolvimento se realizará no ritmo próprio, específico de cada local. Diante disso, é necessário pautar a operacionalização do Desenvolvimento Local em três idéias fundamentais, sugeridas por Amaro (2009, p. 109). São elas:

a) o diagnóstico das necessidades das comunidades locais deve realizar-se com participação destas; b) a resposta a essas necessidades deve basear-se na utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade e c) os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, conjugando os seus várias componentes e área de intervenção (alimentação, educação, saúde emprego, rendimento, cultura etc.).

Neste sentido, quando se faz referência ao Desenvolvimento Local e Educação do Campo, assim como a prática da pedagogia da Alternância, não é aceitável a passividade da população da comunidade rural abordada. Educação do Campo e Desenvolvimento Local é protagonismo, pois sua participação ativa e, até mesmo proativa é fundamental. Daí a importância da educação como alicerce indispensável nesse processo.

No entanto, esse modelo de desenvolvimento endógeno, só é possível quando acontece de baixo para cima, partindo da própria população, Martinelli e Joyal (2004, p. 11) complementa “o novo paradigma de desenvolvimento [...] endógeno está no fato de que o modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelos planejamentos centralizados”.

Por fim, compreendemos que o desenvolvimento local endógeno implica a construção de um ato de harmonia entre o crescimento econômico, redução das desigualdades e conservação cultural e ambiental. Nesta perspectiva, Sen (2000) nos ensina que é preciso entender o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos e não como uma simples ampliação do crescimento da renda e intensificação da produção; uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação da riqueza, do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda - *sem desconsiderar a importância do desenvolvimento econômico, precisamos enxergar além dele.*

Isso nos dá a segurança para interpretar que o desenvolvimento local não pode ser entendido de forma descontextualizada, isolada, mas, relacionado com outras dimensões, notadamente, sociais, ecológicas e vida comunitária. Pode ser entendido a partir do que as

peças devem ser e fazer, a partir de suas potencialidades. Não deixando de considerar que o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria das condições de vida de que o coletivo dispõe, Sen (2000) afirma que o cultivo da liberdade gera as condições para o surgimento de sujeitos conscientes que interagem e influenciam o contexto em que vivem.

Amaro (2009, p. 111) traz contribuições significativas para o entendimento do que é desenvolvimento local, a partir de dez tributos, a saber:

- a) Um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) Centrada em uma comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedade de ação (coletiva) e com pretensão a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c) Que tem como uma de suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
- d) A partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
- e) O que implica a adoção de metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
- f) Contato também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
- g) Numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
- h) O que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) Como impacto tendencial em toda a comunidade e,
- j) E segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Neste sentido, ao analisarmos o conceito de Desenvolvimento Local, percebemos o quanto as regiões da Amazônia se enquadram no contexto apresentado: primeiro, pelo fato de ser muito fácil ‘definir as comunidades’, uma vez que elas se encontram em sua grande maioria ‘isoladas’ pela floresta. Segundo, pela peculiar formação histórica, tanto da região amazônica em geral, quanto do Amazonas de maneira específica, o que propicia fortes e presentes identidades sociais e históricas.

Mas deve-se, também, no debate sobre desenvolvimento da Amazônia, levar em consideração o contexto do desenvolvimento do país, inovando e transformando os paradigmas até hoje vigentes em relação ao papel que ela desempenha no contexto sociopolítico, econômico e institucional do país, onde, por muito tempo, foi considerada mera

periferia, como repositório de madeiras proibidas, ou como grande “berço esplêndido” que não pode ser tocado, ou que deve ser tocado apenas de forma clandestina.

Os modelos de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais têm sido concentradores de riquezas e socialmente excludentes, ocasionando conflitos pelo acesso à terra, aos recursos minerais, às reservas de madeiras nobres e aos recursos pesqueiros, entre outros. A busca de ganhos patrimoniais rápidos por meio de grilagem de terras públicas, com freqüente violação de direitos humanos, é uma característica da expansão da fronteira amazônica. Complexas redes de interesses envolvendo posseiros, madeireiros, grileiros, políticos locais, especuladores e grandes fazendeiros que frequentemente se chocam com os antigos ocupantes da terra, como as populações tradicionais, indígenas ou produtores familiares.

A situação atual, de ocupação desordenada com graves distorções socioeconômicas e danos ambientais, resultado dos erros cometidos no passado, só poderá ser alterada com a adoção de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, que promova a elevação da qualidade de vida da população regional e assegure a preservação de seu inestimável patrimônio natural. Tal modelo de desenvolvimento só poderá alcançar êxito se, baseado em um correto diagnóstico, adotar como princípio de atuação o respeito à diversidade que caracteriza a região. As estratégias para o desenvolvimento sustentável da região devem ser elaboradas e aplicadas de acordo com as particularidades ambientais, econômicas, sociais e culturais dos territórios aos quais se destinarem, evitando incorrer no erro da generalização e da padronização, responsáveis, em grande medida, pelos fracassos do passado.

Neste contexto, a Pedagogia da Alternância promovida pela rede CEFFAs, por atender todos esses importantes aspectos, poderá tornar-se uma ferramenta efetiva para a Amazônia alcançar o tão propagado desenvolvimento sustentável e solidário. Viana (2006, p. 29) nos lança um desafio para promover o desenvolvimento sustentável. Vejamos o que afirma o autor:

Para vencer esse desafio, basta fazer o óbvio. Promover a regularização fundiária daqueles que não possuem títulos de terra. Fornecer assistência técnica para o manejo florestal. Implementar florestas públicas de produção. Criar linhas de créditos para os pequenos empreendedores florestais. Estender os benefícios fiscais e tributários da indústria convencional para os produtores florestais. Gerar energia elétrica limpa, a partir de resíduos florestais. Utilizar as frutas das floresta (açai, castanha, etc.) na merenda escolar. Utilizar as plantas medicinais nos programas de

saúde pública. Apoiar a agricultura familiar com sistemas agroflorestais. Manejar os recursos pesqueiros e promover a piscicultura. Treinar e profissionalizar os trabalhadores florestais. Desenvolver a base científica e tecnológica para a modernização de atividades florestais, dentre outros.

Vale, aqui, ressaltar que diante das iniciativas de políticas públicas, o Estado do Amazonas vem, de maneira tímida, se destacando com políticas de desenvolvimento, que a princípio, nos parece estar fundamentada nas concepções de Desenvolvimento Sustentável, haja vista a criação, em 2003, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –SDS, que é resultado de um projeto maior, o Programa Zona Franca Verde⁷ - ZFV. Mas, a sociedade quer muito mais do que um programa de governo, quer políticas de Estado que estejam realmente comprometidas com a conservação e proteção do Planeta Terra e seus habitantes. Precisamos com urgência da operacionalização de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa calcada na democracia da economia e na cidadania. Precisamos criar uma nova racionalidade econômica para atender a manutenção da ‘sócio-bio-diversidade’.

Necessitamos de uma tríade: **Educação, desenvolvimento e economia**, associar processos educacionais para a promoção do desenvolvimento local sustentável, pautado em uma economia de solidariedade, ou seja, uma economia que seja solidária em vez de competitiva, uma economia que se projete numa sociedade em que predomine a igualdade entre todos e todas. Isso nos leva a pensar em uma economia em que os participantes na atividade econômica devam cooperar entre si em vez de competir. É nesse cenário e na busca de novas alternativas para uma economia mais justa que se discute uma “outra economia” que se convencionou chamar de **economia solidária**. Termos que iremos discutir no próximo subitem.

⁷ O Programa Zona Franca Verde (ZFV) tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária ecologicamente saudável, socialmente justa e economicamente viável, tudo aliado à proteção ambiental e ao manejo sustentável de unidades de conservação e terras indígenas. Para isso, a abordagem empregada é integradora e transdisciplinar, com forte componente acadêmico. O objetivo maior da Zona Franca Verde é melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e renda e promover a conservação da natureza. É um programa do Governo Eduardo Braga voltado para a população, especialmente para regiões com índice de desenvolvimento humano baixo. Um dos desafios é desacelerar e se, possível, reverter o êxodo rural do interior para Manaus.

1.4 A economia solidária no modelo pedagógico da Casas Familiares Rurais

1.4.1 Economia solidária – a ideia de uma nova organização econômica

A economia solidária não se resume a um **produto**, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um **conceito**. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar a mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. (GADOTTI, 2009, p. 24)

A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (2009) – SENAES a economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. Sobre o possível conceito deste termo Singer (2003:16) diz que:

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. (p.116).

Gadotti (2009, p. 24) complementa:

A economia solidária implica o comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzindo sem sofrimento de pessoas ou animais). Além disso, a margem do lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente.

Os autores nos fazem entender que a economia solidária é uma forma alternativa e diferenciada de produção e consumo de bens e serviços, tendo como base a valorização do trabalho humano, na perspectiva de emancipação e rompimento de relações econômicas e sociais estabelecidas. É marcada pela autogestão, cooperação, solidariedade, sustentabilidade econômica e ambiental, promovendo benefícios diretos para os trabalhadores e qualidade de vida para as comunidades. Porém, o desafio é ultrapassar os limites de iniciativas locais para uma economia possível, necessária e solidária, com vistas à inclusão e à emancipação de todos.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia Solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

No mapeamento de 2005, realizado pela SENAES, foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários-EES em 2.227 municípios do Brasil (o que corresponde 41% dos municípios brasileiros)⁸

Singer (2003) destaca:

“O que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas (...) passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas (...) A construção dum modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo (...) suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim (...) dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo”.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade

⁸ Devido aos limites e dificuldades encontradas não foi possível incluir no SIES todos os empreendimentos existentes bem como sua abrangência territorial (SENAES, 2005).

da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

No caso do Brasil, retomou-se a discussão acerca da economia solidária através das Universidades, via Incubadoras Universitárias, articuladas às inúmeras cooperativas, associações, empreendimentos populares e movimentos sociais populares, sendo constatado que, embora as experiências de economia popular e solidária existissem dentro dos marcos econômicos vigentes, tais experiências ganharam visibilidade como tal, através das referidas Incubadoras, como afirma CRUZ (2006, p. 41):

A “economia solidária” também tem sido objeto de investigação e de discussão para dezenas de pesquisadores brasileiros, vinculados (muitos deles) à Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – a Rede Unitrabalho. Dentre eles, destaca-se Paul Singer, que antes de dedicar-se a este tema, especificamente, já era discutido e respeitado como crítico dos programas econômicos conservadores e como formulador de propostas de política econômica para a oposição de esquerda, desde os anos 1960.

A Região Norte também contou com essas iniciativas, podendo ser destacado o trabalho das Incubadoras das Universidades Federais do: Acre, Amazonas e Pará.

Em parte, o trabalho realizado pelas Incubadoras, tornou-se emblemático na formação de grupos de economia solidária. Tanto que na formação da SENAES, no segundo semestre de 2002, vários professores com experiências diversas no processo de incubação passaram a compor esta mesma Secretaria. Buscando também nesta perspectiva não só fomentar iniciativas de empreendimentos econômicos solidários, como também investir em pesquisas mais aprofundadas no sentido de fortalecer programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado; descrever, interpretar, analisar e propor de forma holística e sistêmica, com bases científicas formas de se consolidar um desenvolvimento econômico pautado nos princípios da sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.

A Economia Solidária na Região Amazônica conta ainda em muitos locais, com um elemento singular e favorável que é a cultura onde as relações econômicas e sociais, traçadas por fortes laços de solidariedade na forma da produção, gestão e usufruto. Apesar da realidade globalizada, na territorialidade da floresta não se perdeu a base cultural das sociedades

tradicionais que compõem o cenário amazônico. Desde os indígenas, passando pelos seringueiros e trabalhadores (as) rurais e pescadores (as) constata-se que nas relações solidárias as populações da região norte merecem atenção e respeito dentro do movimento nacional de economia solidária.

No caso específico do estado do Amazonas são aproximadamente quinhentos empreendimentos de caráter solidário, existentes tanto em espaços urbanos quanto na floresta.

Os ramos de produção são variados, com destaque para o artesanato e vestuário, sendo que há experiências com êxitos em economia solidária no ramo do eco-turismo solidário, manejo de florestas nativas, produção de mel de abelhas indígenas, criação de animais silvestres em cativeiro, agricultura orgânica entre outros, demonstrando ser esta forma de organização uma poderosa arma de enfrentamento à exclusão social.

Também é necessário enfatizar que a inclusão social das populações ribeirinhas da Amazônia impõe pensar um desenvolvimento sustentável, consorciando a inclusão social com o gerenciamento (manejo) dos recursos naturais ora escassos, com o intuito de quebrar o paradigma da humanidade que sempre aliou o progresso com a destruição dos recursos naturais e das relações humanas.

O desenvolvimento sustentável é um modelo em construção, daí a dificuldade de identificar qual seria o mais adequado aos empreendimentos econômicos que possibilitem o desenvolvimento local das regiões ribeirinhas

Tal abordagem requer regularização fundiária, eficácia na política contra o desmatamento, financiamento com assistência técnica aos agricultores produtores, pesquisa científica e, principalmente, a democratização ao acesso à educação, ou seja, uma educação para o desenvolvimento socioeconômico solidário e sustentável.

Muitos defendem como referência para o uso da floresta, os tradicionais modelos sustentáveis usados pelos índios, através da cultura de subsistência, da preservação e da conservação dos recursos naturais, mas há críticas contidas nessa visão de que o modelo garante apenas a sustentabilidade ambiental deixando de lado a sustentabilidade econômica tão necessária para a cidadania plena.

A cidadania deve ser um pressuposto, um propósito, um plano indispensável para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Fruto de um conceito que ainda está em evolução, onde o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na comunidade, se manifesta uma energia capaz de canalizar forças dispersas.

Dentro do processo de construção do panorama da economia solidária no Amazonas, ainda se constata, que as relações sociais de produção da atualidade brasileira e em particular da região amazônica impõem que setores competentes e responsáveis pela implantação, e implementação e gestão de políticas públicas busquem soluções rápidas e eficazes para a inclusão de aproximadamente cinquenta e quatro milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza.

A prática dentro dos pressupostos da economia solidária requer uma mudança de postura em formar e exercer cidadania, em produzir, gerir e usufruir, o que faz necessário a absorção de novos valores éticos como: solidariedade, preservação e conservação dos ecossistemas naturais, respeito à diversidade cultural, etc., que foram esquecidos pelo modelo de desenvolvimento atual que joga todos para uma competição desleal, em meio à degradação ambiental e humana.

Nas práticas concretas, colhidas nos movimentos sociais populares - como exemplo, pode-se citar a prática do associativismo – constata-se que os sujeitos coletivos procuram imprimir novos conteúdos à prática econômica, apontando soluções voltadas para a distribuição da renda e para a circulação da riqueza socialmente produzida. O associativismo encontra-se delimitado nos movimentos sociais populares cujas organizações sejam voltadas a viabilizar atividades geradoras de emprego e de renda, abrindo espaço de cidadania e desencadeando novas relações sociais entre produtores e, destes, com os consumidores.

Para autores como Albuquerque (2003, p.21), trata-se de um '*outro circuito econômico*', diferenciando do mercantil e do estatal, que possui suas próprias regras de organização tendo a racionalidade produtiva submetida às relações sociais. Com isto, registra-se que no mundo econômico capitalista coexistem experiências díspares, ou seja, em paralelo a teorização e a prática econômica neoliberal pautada na maximização do lucro, também se constituíram movimentos coletivos pautados no reconhecimento da solidariedade, da mutualidade e da equidade social.

Segundo Cattani (2003), a “Outra” economia é uma economia solidária que tem por base certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza; busca a socialização da riqueza privilegiando as necessidades sociais sobre o lucro dos monopólios, o valor de uso sobre o valor da troca. Nesta mesma obra, Noëlle Lechaat (2003) afirma que estamos muito distantes dessa realidade. Entretanto, não devemos sentir amargura, desesperança ou desânimo. Muito pelo contrário, quanto maior o desafio, maior é a resposta.

A obra organizada por Cattani nos traz, além de Ciência de primeira qualidade, a satisfação de sabermos que há respostas e alternativas para superar o Sistema de Produção Capitalista, que ele mesmo afirma ser “predatório, explorador, desumano e, sobretudo, medíocre não correspondendo, mais às potencialidades do tempo presente”(CATTANI, 2003, p. 09).

O sentimento de pertença, da cooperação e da solidariedade são elementos encontrados nas relações internas e externas de muitos empreendimentos solidários no Estado do Amazonas, demonstrando que essas relações que estão na base da formação das sociedades tradicionais ainda não foram desvirtuadas em sua totalidade.

É importante que as discussões e a operacionalização da Economia Solidária na Região Norte seja pautada na valorização da cultura desta região, que é singular, permitindo que a economia solidária seja vista como um elemento transversal nas políticas públicas da região, como é o caso da questão ambiental, buscando assim a construção, a operacionalização concreta de um novo modelo de desenvolvimento e que sobretudo tenha uma identidade amazônica.

1.4.2 A economia solidária na práxis pedagógica das Casas Familiares Rurais

A sistematização das práticas de economia solidária é estratégia para o seu próprio desenvolvimento. [...] é o momento do próprio processo de formação e de construção do conhecimento (GADOTTI, 2009, p.60)

A educação tem sido vista como agente capaz de apontar soluções para os problemas que compõem a complexa situação social da atualidade. Diante disso, questiona-se *como*

construir novos rumos solidários e colaborativos, apontando possibilidades concretas de reconstrução social? Quais as táticas e as estratégias para sustentar propostas de produção coletiva, comercialização direta, justa distribuição de renda, solidariedade, agroecologia, agricultura familiar, valorizando o ser humano e o trabalho? Quais as ações a serem adotadas pela educação no necessário processo de transformação social, com sujeitos contextualizados, conscientes de sua cidadania?

Para possíveis respostas às questões citadas acima, é necessário pensar, idealizar e operacionalizar uma educação transformadora e democrática, e a economia solidária compactua com essas concepções, porque a economia solidária é, frequentemente, associada ao desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento local e solidário, a agroecologia, a educação do campo, a agricultura camponesa, e outros.

Gadotti (2009) enfatiza da necessidade urgente de uma educação para a cooperação e para a autogestão, no sentido de formar pessoas envolvidas em EES a compreender suas empresas e administrá-la adequadamente. Ainda alerta que não se pode entrar numa iniciativa de EES com uma mentalidade capitalista, pois seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista. Vejamos o que diz Singer (2005, p. 16) a respeito:

[...] a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas [...] Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre os sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros.

Neste sentido, pode-se afirmar que a economia solidária é uma práxis pedagógica e que temos necessidade de construir uma pedagogia da economia solidária. Compreendo que não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos. Aqui vale a advertência do educador Paulo Freire “ *ninguém ensina nada a ninguém. Aprendemos juntos, em comunhão*”.

Enfim, uma educação para a cooperação, uma educação para a solidariedade, não é apenas uma opção ética. É uma condição humana necessária para a o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar o talento de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política e todos e todas (GADOTTI, 20009).

Entendemos que a educação do campo, desenvolvimento local e economia solidária são temas convergentes de uma mesma política de inclusão. E já é possível evidenciar desde o início da década de 1960, iniciativas educacionais que promovem esse tipo de desenvolvimento almejado, é caso de Escolas Famílias Agrícolas – EFA, em seguida as Casas Familiares Rurais – CFR, e mais recentemente o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR e tanto outros, que muitas vezes vivem no anonimato neste Brasil afora. Todas essas práticas fazendo desenvolvimento a partir dos princípios norteadores da Pedagogia da Alternância, pedagogia esta que vem contribuindo para o processo da própria economia solidária e para o modelo de desenvolvimento alternativo, associando estudo e trabalho, espaços educativos presenciais e não-presenciais, formais e não-formais, reflexões sobre as práticas e sistematização da experiência.

É diante dessa prática da Pedagogia da Alternância, a de respeitar e favorecer autonomia ao educando, reconhecendo seus saberes e sua vivência, que foi necessário investigar a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas, se fazendo o seguinte questionamento: *Como a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos promove ou faz educação para o desenvolvimento local e solidário, a partir de seus instrumentos metodológicos e orientação para a organização comunitária?*

É evidenciado em estudos de Passos (2006) e Melo (2007) em uma Casa Familiar Rural no Estado do Amazonas, que a Pedagogia da Alternância vem contribuindo na formação socioprofissional de agricultores, no progresso da própria economia solidária no contexto amazônico e para um modelo de desenvolvimento alternativo, associando estudo e trabalho, reflexões sobre a prática e a sistematização da experiência.

Os autores compactuam, afirmando que a Pedagogia da Alternância respeita e favorece a autonomia dos educandos, reconhece seus saberes, e, com isso, compreende melhor o que eles sabem e o que podem vir a aprender. Em suma, na pedagogia da

Alternância a qualificação socioprofissional baseada nos princípios da Economia Solidária, é entendida também como estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social.

2. O Método Educativo da CFR de Boa Vista do Ramos – um ensaio para a sistematização da experiência a partir da análise documental

2.1 A metodologia do modelo pedagógico e sua influência na unidade de produção familiar

A CFR de Boa Vista do Ramos constitui-se em uma inovação pedagógica que visa à formação de jovens agricultores(as) e consiste no processo de alternar e integrar momentos de formação, através da alternância de tempos, espaços e atividades educativas na comunidade. Ela permite aos jovens (alunos/as) alternarem período de vida de estudo e trabalho na escola, com momentos junto à família na propriedade rural (lote), integrando assim escola, família e comunidade.

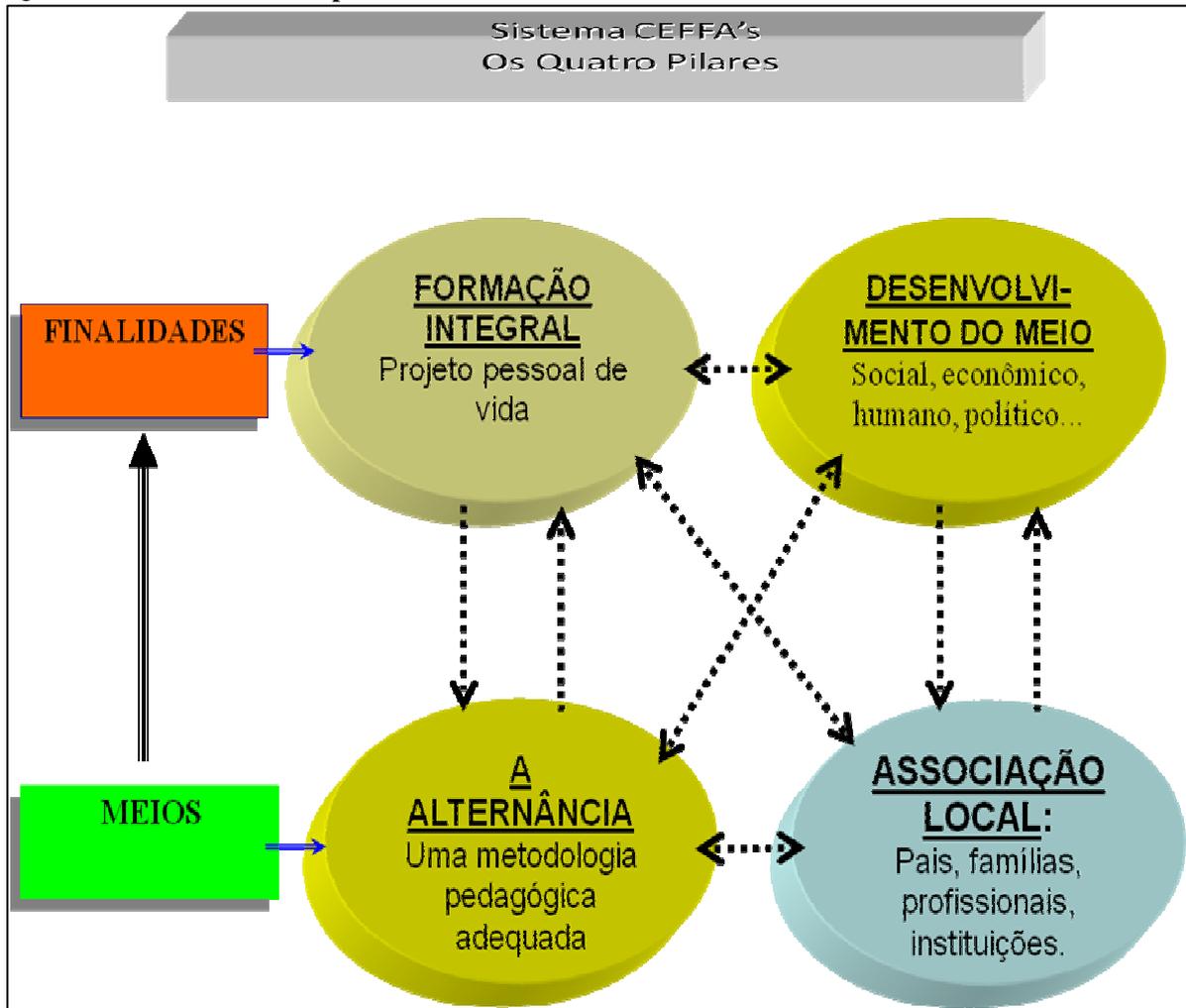
Além disso, a metodologia da alternância da CFR visa ao mesmo tempo oferecer uma formação geral e técnica aos jovens e, ainda, incentivá-los (as) a desencadear transformações importantes no espaço comunitário e familiar, com vistas ao desenvolvimento local e sustentável. Assim, a CFR vem para reorientar alguns dos sérios problemas da escola tradicional do município: a separação entre o ambiente familiar e a vida escolar, entre pais e filhos, entre trabalho e estudo e entre prática e teoria.

Para que haja a consolidação desse projeto junto à comunidade, busca-se envolver cada família do estudante no processo de ensino-aprendizagem, através de oficinas comunitárias direcionadas, tornando essas famílias co-responsáveis pelo aprendizado do jovem. Através de metodologias participativas busca-se comprometer os participantes não só no processo de implementação da Unidade de Ensino, mas também na deliberação de todas as ações planejadas e na avaliação de todo o processo pedagógico.

Neste sentido, a formação dos agricultores (as), participantes do projeto CFR está fundamentada nos quatro pilares do Movimento do CEFFAS (Centro de Familiares de Formação por Alternância): formação integral, alternância, desenvolvimento do meio e associação local.

Estudo de Fonseca (2008) demonstra uma representação gráfica dos quatro pilares do CEFFAS:

Quadro: 02 – Síntese dos 04 pilares do CEFFAS



Fonte: Calvó (2005, p. 29-Revista da Formação por Alternância)

O esquema indica claramente que todos os elementos interagem e colaboram na orientação e formação do agricultor ou agricultora, permitindo assim chegar às finalidades a que o projeto se propõe: formação Integral do/da jovem que lhe permitirá construir um projeto de vida de intervenção no seu meio, sem que seja, todavia, qualquer projeto vago ou formativo, mas sim um projeto amparado na sua realidade (integrado, interativo, e que irá contribuir para o desenvolvimento local).

Assim, a metodologia utilizada neste projeto consiste de um conjunto de etapas progressivas e interligadas que visam a oferecer um processo de ensino aprendizagem de qualidade, através da formação e capacitação de uma equipe de professores e monitores de

diferentes níveis técnicos para planejar, monitorar e atuar junto às comunidades, que irão assumir a responsabilidade pela direção pedagógica e estratégica da Unidade de Ensino.

2.1.1 – O Plano de Formação

O modelo de educação da CFR de Boa Vista do Ramos tem como referencial a realidade social, política, econômica, cultural, ambiental e geográfica das localidades de origem dos jovens. A Pedagogia da Alternância da CFR se desenvolve a partir do Plano de Formação, resultado de uma *pesquisa participativa*, a qual reúne o estudo de todas as atividades curriculares e extracurriculares que serão desenvolvidas no decorrer da formação. Esse Plano irá delinear o caminho educativo a ser traçado durante os anos de aprendizado. Também orienta a utilização dos outros instrumentos pedagógicos específicos da CFR.

Diante disso, a CFR não é uma simples instituição que escolariza os agricultores familiares; suas finalidades vão muito além disso: a CFR é uma agência de desenvolvimento local.

De acordo com as finalidades da educação básica, as formações integrais deverão preparar os (as) jovens para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania. Deverá, ainda, formar pessoas para a vivência ética, o pensamento crítico e que desenvolvam competências e habilidades para continuar aprendendo. Esses princípios estão de acordo, também, com as reflexões da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (UNESCO), e incorporadas a LDB: a) a educação deve cumprir um triplo papel: econômico, científico e cultural; b) a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

Assim, a prática da interdisciplinaridade na Pedagogia da Alternância é essencial em todas as etapas do ensino. A interdisciplinaridade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais, “partirá do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos”.

Na CFR, o currículo está organizado por áreas de conhecimentos (Base Nacional Comum) e por temas geradores/projetos na parte diversificada. Esta forma de organização e desenvolvimento do currículo contribui para o exercício da interdisciplinaridade, uma vez que a lógica de pensamento do (a) jovem agricultor (a) se guia não por uma parte de seu saber, mas pela percepção global da sua realidade.

Além disso, sua experiência de vida facilita o processo de abstração e reflexão a partir de situações concretas. Nesse sentido, a pedagogia praticada pela CFR recorre ao método educativo a partir de temas geradores.

Quadro 03.. Matriz Curricular da CFR de Boa Vista do Ramos (2009)

		Temas Geradores / Profissionalizante	Carga Horária
ALTERNANCIAS CICLO I	1ª	Onde Vivemos e Introdução a Agroecologia	60
	2ª	Movimentos sociais e organizações rurais	60
	3ª	Ecologia (estudo dos recursos naturais)	60
	4ª	Solo: um sistema vivo	60
	5ª	Produção vegetal em sistemas agroecológicos I	60
	6ª	Ecologia dos animais e suas funções	60
	7ª	Saúde e farmácia viva	60
	8ª	Ecologia e Manejo de Várzea	60
	9ª	Gestão dos recursos pesqueiros	60
ALTERNANCIAS CICLO II	10ª	Tecnologias do pescado I	60
	11ª	Bioarquitetura e tecnologias apropriadas a sistemas agroecológicos	60
	12ª	Criação de animais em sistemas agroecológicos I	60
	13ª	Produção vegetal em sistemas agroecológicos II	60
	14ª	Criação de Abelha Indígenas sem Ferrão em Sistemas Integrados	60
	15ª	Tecnologias do pescado II	60
	16ª	Manejo Florestal de uso múltiplo (madeireiro e não madeireiro)	60
	17ª	Processamento de Produtos da Floresta (artesanato)	60
	18ª	Criação de animais em sistemas agroecológicos II	60
ALTERNANCIAS CICLO III	19ª	Elaboração do PPVJ	60
	20ª	Economia solidária e Cooperação	60
	21ª	Gestão dos empreendimentos econômicos solidários	60
	22ª	Desenvolvimento e políticas públicas	60
	23ª	Comercialização, mercados e certificação de produtos agroecológicos	60
	24ª	Metodologias participativas	60
	25ª	Estágio Supervisionado e de vivência	200
	26ª	Elaboração e execução do PPVJ (memorial, diagnostico, PPVJ)	60
	27ª	Orientação para apresentação do PPVJ.	
		Total	1700

Fonte: ARCAFAR-AM (2009)

A partir dessas considerações feitas a respeito da construção do Plano de Formação da CFR de Boa Vista do Ramos, foi também possível identificar na pesquisa, o grau de compromisso que a CFR tem com as populações que vivem e trabalham no campo. Vejamos abaixo o quadro elaborado durante a realização da pesquisa de campo e participação nas Alternâncias.

Quadro 04- síntese dos compromisso da CFR de Boa Vista do Ramos -AM

Compromissos	Com a solidariedade	Em que deve estar comprometida para a edificação de uma nação de cidadãos, compartilhando os ideais para a eliminação da exclusão social e a desigual distribuição da riqueza e da renda, do poder e do acesso ao conhecimento.
	Com o desenvolvimento	Expresso pelo abandono tutorial da lógica do capital financeiro e incentivo ao envolvimento para a ampliação do potencial disponível nas pessoas e nas localidades.
	Com a sustentabilidade	Assumindo-se como multiplicadora na busca de um novo estilo de desenvolvimento que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis, mas que tenha uma concreta e atuante preocupação com as gerações futuras.
	Com a democracia	Tendo como princípio a participação popular e a efetivação dos sistemas políticos amplamente representativos e notadamente plurais.
	Com a intervenção social	Por meio do qual as políticas públicas estarão condicionadas às necessidades da população onde as mesmas estabelecerão as prioridades e formas de aplicação dos recursos disponibilizados para a realização dos programas.

Fonte: Pesquisa de Campo (2009)

Neste sentido, o trabalho da CFR é desenvolvido a partir de um itinerário pedagógico baseado em estudo da realidade, estudo do meio, levando a escola (CFR) para dentro da realidade e esta para a escola. Na perspectiva de formar jovens que possam contribuir com o desenvolvimento do meio onde vivem e melhorar sua condição socioeconômica, a CFR de Boa Vista do Ramos trabalha na perspectiva de aliar educação e trabalho no sentido da formação humana, priorizando as vivências e experiência da realidade dos jovens do campo. Conforme Nascimento (2003, p. 09):

[...] isso é possível através da Pedagogia da Alternância. Essa proposta educativa contribui para uma experiência pessoal, proporcionando uma base de informação, partindo sempre do concreto para o abstrato, do prático para o teórico, do contexto sócio

político, econômico e cultural, do local para o global. O partir da realidade não significa apenas método entre as quatro paredes das escolas, mas uma opção política, um compromisso de transformação do meio e da sociedade como um todo.

A pesquisa revelou que há um conjunto de esforços para que esta premissa se concretize de fato, até mesmo pelo compromisso político e pedagógico que é a essência das CFR's, de assumirem uma educação que reconheça os sujeitos enquanto portadores de um conhecimento prévio, daí ela partir das experiências de vida dos jovens e confrontar estes saberes empíricos com os conhecimentos teóricos.

Para o alcance dos objetivos as CFR's utilizam-se de inúmeros recursos. Segundo a literatura consultada, os recursos pedagógicos como o Plano de Formação, o Plano de Estudo, a Pesquisa Participativa, o Caderno de Alternância, as Fichas Pedagógicas, oportunizam a interação entre os conhecimentos historicamente sistematizados (científicos) e o saber adquirido em suas vivências cotidianas. Conforme Almada (2005, p. 55) “esses instrumentos são dinâmicos no sentido de sua operacionalização e, também, garantem uma interação permanente entre família - escola - jovem”.

Para a materialização desse processo, o jovem primeiramente destaca suas indagações e questionamentos sobre os problemas em sua unidade de produção familiar no tempo-comunidade, em seguida encaminha as dúvidas ao tempo-escola para ser socializada, discutida e refletida, a fim de buscar as respostas às demandas das unidades de produção. No retorno às propriedades, levam consigo a síntese das discussões e indagações iniciais, objetivando transformar a realidade. O quadro 07 demonstra em síntese como se constrói o conhecimento na CFR.

QUADRO 05: Etapas para a construção do conhecimento na CFR

1º momento	Propriedade	O aluno se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade sócio-profissional do contexto em que se encontra.
2º momento	Escola	O aluno vai à escola, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior.
3º momento	Propriedade	Dessa vez, com os conteúdos trabalhados, de forma que possa desenvolver as atividades, fazer experimentos e transformar a realidade sócio-profissional, de modo que novos conteúdos surjam, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

Fonte: Pesquisa de Campo (2009)

As idas e vindas dos jovens da escola à propriedade e vice-versa denominados de tempo-escola e tempo-comunidade é que fazem a diferença na construção do conhecimento, pois cada vez que o jovem retorna para CFR de Boa Vista do Ramos traz sempre um novo questionamento ou um problema, que é socializado na turma.

Este é um aspecto importante e significativo, considerando que o conhecimento nasce sempre de uma interrogação, pois conforme Bachelard (1996) a formulação do conhecimento está justamente na elaboração de problemas, e é necessário perguntarmos, para que haja o conhecimento. Analisando o quadro acima é possível observar que os jovens são estimulados a serem pesquisadores, uma vez que a sua primeira atividade na propriedade é observar, pesquisar para descrever sua realidade, buscando relacionar a teoria com a prática para transformar o meio, caso julgue necessário.

2.2 Os instrumentos pedagógicos da CFR de Boa Vista do Ramos-AM

Como já foi mencionado no item anterior, o currículo da CFR de Boa Vista do Ramos é organizado em um dispositivo lógico denominado **PLANO DE FORMAÇÃO**. Neste, os conteúdos vivenciais, os da Base Nacional Comum e os da Parte Diversificada, são articulados com o intuito de promover a formação do jovem e o meio onde ele ou ela vive. O Plano de Formação é incrementado com um conjunto de ferramentas que chamamos de instrumentos pedagógicos.

Os instrumentos pedagógicos específicos da pedagogia da alternância garantem a integração entre a realidade dos jovens e a realidade acadêmica. Os instrumentos pedagógicos utilizados pelo CFR de BVR foram sistematizados em uma classificação na seguinte ordem:

Quadro 06 – ordem de classificação das ferramentas metodológicas da CFR de BVR

CLASSIFICAÇÃO	INSTRUMENTOS –ATIVIDADES
Instrumento de atividade de pesquisa	- Plano de Estudo - Estágio e vivência profissional
Instrumento de atividade de comunicação	- Colocação em Comum - Caderno da Alternância - Visita as famílias e comunidade
Instrumentos Didáticos	- Visitas de Estudos - Ficha Pedagógica - Intervenção Externa
Instrumentos de Avaliação	- Projeto Profissional e de Vida do Jovem

Fonte: ARCAFAR-AM (2009)

Durante o tempo-escola os jovens desenvolvem atividades relacionadas aos conhecimentos gerais e técnicos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. As atividades são desencadeadas pelo tema gerador a ser trabalhado na semana em que o jovem se encontra na CFR, privilegiando tanto as atividades de formação geral, como as de caráter técnico. Para o desenvolvimento das atividades, são utilizados diversos recursos pedagógicos, já mencionados anteriormente, que auxiliam na articulação do conhecimento.

Para maior entendimento da experiência, vamos destacar os principais recursos pedagógicos trabalhados na CFR de Boa Vista do Ramos, a partir o olhar do pais, dos estudantes e dos monitores do projeto.

Iniciaremos nossa discussão (a respeito dos instrumentos pedagógicos e suas influência na formação geral e técnica do jovem) pelo **Plano de Estudo**. Na semana que os jovens se encontram na CFR, em alternância, ele ou ela elabora, no final da semana, um roteiro de pesquisa sobre o tema profissionalizante a ser estudado, na alternância posterior. Esta pesquisa é realizada em conjunto com a família e comunidade, no período em que o jovem fica na propriedade.

Prazeres (2008, p. 97) sintetiza dizendo:

Este instrumento tem como objetivo levar o jovem a pesquisar, analisar, refletir, indagar, observar, expressar descobertas e com isso auxiliar o agricultor familiar a

ser um agente de desenvolvimento da sua comunidade, possibilitando a reflexão sobre as problemáticas de seu cotidiano e a pensar em possíveis soluções. Como se constata, este recurso pedagógico incentiva o jovem a problematizar questões sobre a sua realidade para que o mesmo possa refletir no tempo-escola.

O Plano de Estudo é a primeira ferramenta que o jovem conhece na CFR e tem como objetivo principal a construção do conhecimento da prática cotidiana, direcionando para a teoria e retornando à prática, onde o indivíduo participa da construção do seu conhecimento, com vistas a diminuir a distância dos conhecimentos descontextualizados de sua realidade.

Ribeiro (2003, p. 162) expõe que “O Plano de Estudo possui papel central, pois é ele quem desencadeia nas idas e vindas, as questões que serão problematizadas pelos alunos junto as suas famílias e comunidade”.

Este instrumento tem origem na pesquisa sobre um tema da vida real (aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos e culturais) escolhido previamente pelos alunos, pais de alunos, monitores e professores.

É a partir do plano de estudo que são elaboradas fichas pedagógicas. Nelas estão contidas as informações necessárias às possíveis respostas e indagações da família/do jovem de uma forma sistemática. O resultado desta pesquisa gera uma redação que será apresentada na alternância em grupo.

De acordo com a jovem O.F.B, uma das alunas egressas da CFR de BVR,

[...] a gente faz o plano de estudo em cima da realidade da gente, ele é quase uma troca de experiência, [...] a gente vai lá e faz uma entrevista [...] umas perguntas, as pessoas dão a opinião delas, aí a gente junta tudo e faz a síntese. [...] é através dessa síntese que os monitores e os professores vão ver aonde é que eles podem nos ajudar a melhorar.

O monitor A.N.P sistematiza dizendo que:

[...] o Plano de Estudo é uma ferramenta muito importante, na verdade é o que vão gerar toda uma discussão durante a semana de alternância, pois trata-se de perguntas, inquietações feito pelo próprio jovem sobre o tema que vai ser estudado na Alternância posterior, desta pergunta será gerada um pesquisa na propriedade e com a comunidade. Essa pesquisa é o primeiro contato com o aprendizado, onde o jovem tem uma leitura de sua realidade. Este resultado da pesquisa a partir do

plano de estudo será apresentado para os demais colegas no primeiro dia de aula onde chamamos de colocação em comum que é outra ferramenta.

É através do Plano de Estudo que o agricultor ou agricultora tem a possibilidade de expor a sua realidade sobre o assunto a ser estudado; é um instrumento que permite a articulação entre os conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Ele traz conhecimento para a CFR e é responsável para levar para a vida cotidiana as reflexões aprofundadas na CFR durante as alternâncias.

Prazeres (2008, p. 97) diz que o Plano de Estudo “auxilia o agricultor a ser um agente de desenvolvimento da sua comunidade possibilitando a reflexão sobre as problemáticas de seu cotidiano e a pensar as possíveis soluções”.

Mas o que é feito, na prática, com o Plano de Estudo durante a alternância? Em que momento se materializam tais questionamentos? O Plano de Estudo se inicia e se conclui nele mesmo? A realização do Plano de Estudo necessita ser socializado com demais jovens em formação, ou seja, a socialização coletiva visa a construir uma interação entre os resultados de outros Planos de Estudos feitos pelos jovens em suas propriedades, esta atividade é denominada de “Colocação em Comum”.

Segundo a Proposta Pedagógica da CFR de BVR (CFR de BVR, 2003, p. 13), os passos da “Colocação em Comum” são:

Apresentação oral de cada plano sobre a realidade de cada família; discussão geral com o grupo; trabalhos em grupos; redação de um texto com a síntese das discussões que representam a realidade do grupo e contato individual do monitor com cada jovem e finalmente a análise do resultado da pesquisa do Plano de Estudo.

A Colocação em Comum possui um papel importante no processo de formação, é o momento em que o estudante vai expor o resultado de sua pesquisa individual para o grupo. Um dos professores relata:

Esta é uma dimensão educativa, pois vai expressar e compreender sua própria realidade, e também a dos outros. Este momento é muito importante, onde quem fala é o estudante, os monitores apenas coordenam e ficam escutando as

descobertas feitas e a colocação do ponto de vista do estudante durante sua pesquisa (Entrevista 03- monitora).

Segundo Melo (2008), a Colocação em Comum, segue várias etapas. No primeiro momento, cada jovem realiza a apresentação oral do seu Plano de Estudo a partir da pesquisa que realizou nas duas semanas do tempo-comunidade.

No segundo momento, é realizada uma discussão geral com todo o grupo, objetivando trocar experiências, comparar realidades e fazer emergir os problemas com a finalidade de encontrar alternativas para os problemas apresentados.

No terceiro é realizado trabalho de grupo entre os jovens.

No quarto momento, a partir do trabalho de grupo como resultado desta atividade, é elaborado um texto-síntese das discussões que representa a realidade do grupo, que deve expressar todo o conhecimento prévio e a problemática do tema gerador que foi proposta para que a pesquisa fosse realizada.

E finalmente, é feita a análise do resultado da pesquisa pelos monitores, concluindo esta etapa da Colocação em Comum. Esta dinâmica proporciona aos monitores uma visão geral sobre o desempenho dos jovens.

Em suma, a Colocação em Comum é um recurso pedagógico que não está isolado do processo de formação dos jovens; de certa forma dinamiza as atividades e contribui para a construção do conhecimento prático e teórico dos jovens. Silva M. (2003) destaca que a Colocação em Comum é “[...] *um exercício de socialização das experiências individuais que a partir daí podem resultar numa síntese da experiência coletiva local a ser registrada por cada aluno e desencadear o processo de formação nas várias outras disciplinas*”.



Fotos: 08, 09 – Jovens da CFR de BVR realizando a Colocação em Comum dos Temas Geradores Criação de galinhas caipira e Recurso Pesqueiro, respectivamente– Fonte: ARCAFAR (2002)

Estevam (2003) contribui, dizendo que analisa a Colocação em Comum como um confronto necessário, pois permite a troca de experiências e de ideias que ajudarão na construção de um conhecimento coletivo. A monitora entrevistada (C.S.P, 2008) afirma que [...] “a Colocação em Comum estimula o jovem a desenvolver e melhorar a sua expressão oral, e a personalizar suas descobertas possibilitando aquisição de uma expressão mais especializada”.

O que os autores e a monitora entrevistada apresentam é importante para se compreender como se dá o processo de interdisciplinaridade no processo formativo da CFR, onde o tema gerador direciona todas as atividades pedagógicas da semana, tanto nas disciplinas de formação geral como da parte profissionalizante, como é destacada na Proposta Pedagógica (CFR de BVR,2003):

O estudo dos temas de formação geral não acontece de forma isolada, mas parte do contexto da **multidisciplinaridade**, onde os temas técnicos são os geradores para a abordagem das disciplinas como matemática, história, português, geografia e ciências. O estudo destas disciplinas parte da abordagem do tema gerador dentro da ficha pedagógica, levando em conta a realidade que eles conhecem para depois ser realizado um estudo mais amplo sobre o tema.

É importante enfatizar que nesta atividade o papel dos monitores é acompanhar e facilitar o processo para que haja a participação efetiva e ativa dos agricultores. Além do mais, provoca o debate, problematiza o tema e levanta os pontos de aprofundamento para aulas e disciplinas a serem ministradas posteriormente.

A operacionalização da Colocação em Comum depende muito da criatividade dos (as) monitores (as) e das possibilidades de cada tema. Deve-se utilizar técnicas e dinâmicas para motivar os (as) alunos (as) e tornar sempre significativo o tema em questão. Pode-se usar de vários artifícios para esta prática como teatro, desenhos, cartazes. Como dissemos, o monitor deve ser o apoio para esta atividade.

Outro recurso importante na CFR de BVR são as Fichas Pedagógicas⁹, que servem para orientar o estudo dos aspectos teóricos ligados à formação profissional (agricultura, pecuária, extrativismo, manejo de recursos naturais etc.) e à formação geral. Segundo a Proposta Pedagógica da CFR de Boa Vista do Ramos (2003), as fichas possuem características específicas que as diferenciam de um texto técnico, como pode ser atestado na descrição abaixo:

1) Nos aspectos técnicos a ficha pedagógica deve partir da realidade enfrentada pelas famílias e comunidade no seu cotidiano com a agricultura (plano de estudo). Partindo da vivência da comunidade são inseridos novos elementos para discussão e análise. 2) Dentro deste contexto a ficha pedagógica não é um texto técnico, mas sim, um documento que possibilita ao jovem um conhecimento crítico de sua realidade, onde o jovem possa colocar sua opinião e sua prática sobre o tema abordado e conhecer informações novas que possam ser utilizadas em suas atividades com a agricultura e na sua vivência com a comunidade.

As Fichas Pedagógicas são instrumentos que permitem aos jovens na CFR fazer a interação entre os conhecimentos teóricos e práticos, com a finalidade, de acordo com a

⁹ Esta ferramenta metodológica é também chamada pelos participantes do projeto Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos como Livro do Agricultor.

Proposta Pedagógica (CFR de BVR, 2003) de: “assegurar a relação entre o período de prática em sua residência e o período na CFR; buscar através de estudos técnicos de interesse dos jovens uma formação geral, no desenvolvimento dos conhecimentos científicos”. Ao que se percebe é um dos instrumentos fundamentais para articular a construção do conhecimento a partir do tema gerador com as disciplinas de formação geral e os temas profissionalizantes. De acordo com a Coordenadora Pedagógica da CFR de Boa Vista do Ramos a:

[...] Ficha Pedagógica é também chamada por nós como livro do agricultor lá está reunido algumas informações necessárias sobre o Tema Gerador; na ficha também são encontrados os conteúdos das disciplinas do núcleo comum como português, matemática, ciências, história [...] a ficha não é algo acabado é também construída durante a alternância ela busca fazer o elo entre o saber tradicional com o saber científico, explica os fenômenos os porquês das coisas [...] vejo três grandes funções da ficha, primeira é levar o jovem a conhecer sua realidade, uma tarefa também feita no plano de estudo e que a ficha complementa; a segunda é fazer o jovem refletir sobre a sua realidade e com esse conhecer e refletir, vem a terceira parte fazer o jovem agir sobre a sua realidade, buscando a família, as soluções e constantemente avaliar e reavaliar essas ações.(Entrevista 02).

O Caderno da Alternância, é outro instrumento pedagógico. Ele consiste na organização e sistematização dos resultados obtidos nos Planos de Estudos e também durante a sessão de formação na CFR de Boa Vista do Ramos, já ampliados, refletidos e ilustrados. Compõe-se de um “retrato” da realidade vivenciada pelo aluno, representada aqui como um conjunto de informações, as formas como foram obtidas no campo, bem como no período de permanência na CFR.

Para Zamberlan (1995, p. 16), o Caderno da Alternância representa:

- a) uma tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do aluno;
- b) ajuda a desenvolver a formação geral, porque ali retrata a história do meio familiar, da localidade de moradia, da terra que trabalha, da vida profissional e social;
- c) representa um dos elementos de orientação profissional, porque as reflexões, são, frutos do trabalho do jovem e vida profissional e social da família.

Da necessidade de ampliar os conhecimentos, ampliar e confrontar suas informações com as realidades distintas ou similares às expostas em sala de aula, surgiu a prática da Visita de Estudo, outra ferramenta pedagógica que facilita o processo de ensino-aprendizagem dos jovens da CFR de Boa Vista do Ramos.

As oportunidades de utilização desse instrumento metodológico surgem da necessidade de os alunos estarem interagindo com outras realidades. Este instrumento favorece a materialização da teoria com as práticas diversas, encontradas em cooperativas, associações de produtores, unidade de produção dos próprios jovens, centro de pesquisas, escolas, órgãos públicos e outros.

A função deste instrumento é pedagógica com objetivo de ampliar e complementar conhecimentos. “Essa visita e viagem de estudo é realizada pelos alunos, acompanhada por um monitor e alguns pais, isso ajuda na divisão das responsabilidades dentro e fora da EFA” (ZAMBERLAN, 1995, p. 21).

As Visitas e Viagens de Estudos se encerram com relatórios elaborados pelos alunos e que irão compor o Caderno da Alternância.

Os relatórios são antecedidos de sugestões em comum e debates que proporcionam a troca de impressões entre as diferentes formas de ver a realidade observada. Essa atividade incentiva e provoca o aprofundamento de temas ambientais, técnicos, políticos e sociais, convertendo assim esses saberes construídos em um novo entendimento da realidade. Vejamos o relato de um dos jovens entrevistado:

A visita de estudo que eu mais gostei foram duas: uma foi na Casa do Seu Manoel Oliveira, a gente foi fazer prática de castração, cada aluno castrou um boi, tiramos até foto, foi muito legal [...] outra foi na alternância de pesca a gente foi para o rio pescar e ouvimos história de pescador, o monitor Guerreiro ensinou para nós os nomes científicos de alguns peixes que eu mesmo não conhecia [...] mas o que eu gostei mesmo foi o assado na beira do rio. (Entrevista 10).



Fotos: 10 e 11 – Visita de Estudo na Fazenda do Sr. Manoel no Paraná do Ramos em setembro de 2004 e visita a ACAF em área de Manejo Florestal Comunitário na Região do Curuçá – Fonte: ARCAFAR-AM

Outro instrumento da Pedagogia da Alternância é constituído pelas Visitas às Famílias. Estas visitas são realizadas pelos monitores quando o jovem se encontra no período de convivência com a família; todas as ações são compartilhadas em comum entre escola, família, comunidade.

A visita de monitoria [Visitas às Famílias] eu acho importante, porque é quando os monitores vão às propriedades visitar nossa práticas e muitas das vezes tirar as dúvidas. É também a oportunidade de aprendemos mais a respeito do tema que foi estudado na alternacia passada e também é o momento que temos um tipo de assistência técnica, pois os monitores não só visita a área que estamos plantando dentro da técnica, mais ele visita toda a propriedade e a família participa também, porque o interesse do desenvolvimento da propriedade é todos(Entrevista 02)



Foto: 12, 13 e 14- Monitor Adalberto Pinheiro em Visita as Famílias na comunidade Boa União na Região do Rio Urubu, no período de verão de 2006 – Fonte: ARCAFAR-AM

Na CFR de Boa Vista do Ramos, quando o jovem está em seu meio familiar, recebe a visita de monitores (as). Este momento é fruto de uma troca de idéias, sobre questões sócio-pedagógicas e técnica de plantio, criação de animais, atividades extrativistas e outras, ligadas diretamente ao meio familiar e escolar do jovem. Na verdade, observamos na pesquisa que a Visita à Família é mais um instrumento para integrar os espaços e os tempos diferentes – CFR de Boa Vista do Ramos e a família.

Devidamente planejadas pelos (as) monitores(as) com seus respectivos objetivos, e realizados de forma sistematizada a cada semana, a visita objetiva segundo a Presidente da ARACAFAR-AM:

- a) conhecer a realidade do aluno e o seu meio para aprofundar, nos problemas de ordem socioeconômica e suas influências sobre os jovens, tanto no âmbito comportamental quanto no âmbito das capacidades de aprendizagem;*
- b) acompanhar as pesquisas do Plano de Estudo, Caderno da Alternância, leituras, exercícios de fixação de aprendizagem, atividades de retorno, experiências e práticas dos alunos;*
- c) Conscientizar as famílias sobre o seu papel na educação dos*

filhos e coatores da alternância bem como da importância da participação na CFR de BVR, através da Associação; e d) as visitas nas famílias permitem uma avaliação de todo o processo educativo da CFR de BVR: pedagógico, social, técnico, profissional, intelectual, humano, comunitário e ético espiritual.

Quadros & Bernartt (2007, p. 10) contribui afirmando que:

[...] trata-se de atividades desenvolvidas pelos monitores no meio familiar do aluno, têm por objetivo: a) Aproximar a escola da família e comunidades; b) Facilitar conhecimento da realidade do aluno; c) Criar condições para o estabelecimento do diálogo entre monitores e pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos jovens; sobre questões técnicas e pedagógicas da escola; d) Implicar mais os pais no acompanhamento do filho durante a estadia em casa, de forma que eles se tornem monitores durante este período de aprendizagem no meio. e) Envolver mais os pais na vida da escola e na participação efetiva da Associação.

É comum a cada sessão de formação da CFR de Boa Vista do Ramos, os jovens receberem visitas de profissionais de outras instituições, geralmente muito ligados ao tema que está sendo tratado na semana de formação. Essa visita é chamada de Intervenções Externas, outra ferramenta metodológica da CFR. Acontecem como meios de aprofundamento dos temas do Plano de Estudo após a Colocação em Comum.

O eixo da formação na CFR são os temas contextualizados que dão o verdadeiro sentido aos conteúdos estudados. As aulas só devem acontecer a partir da síntese do Plano de Estudo, após a Colocação em Comum. Mesmo que seja difícil, os (as) monitores devem, na medida do possível, fazer a ligação dos conteúdos vivenciados com os conteúdos oficiais.

A partir dos temas do Plano de Estudo são realizados alguns cursos ou oficinas durante o ano para aprofundar algum tema como, por exemplo: depois do Plano de Estudo de Meliponicultura, um curso ou oficina sobre beneficiamento do mel, reprodução de abelhas sem ferrão e outros. Para a realização das Intervenções Externas conta-se com pessoas e entidades públicas e privadas que colaboram voluntariamente com este processo educativo. Observando que essa intervenção acontece em horário de aulas, já que tem objetivo de completar o tema do Plano de Estudo.



Fotos 15 e 16 – Intervenção externa da Dona Cadinha, 87 anos, da comunidade Vila Manaus, ensinando os jovens a tecer peneiras, paneiros e abanos- Fonte: ARCAFAR-AM

Durante os três anos de formação o jovem também realiza o Estágio de Vivência ou Profissional. Na reunião de planejamento, realizada em agosto de 2009, na CFR de Boa Vista do Ramos, foi redigido um documento que sintetizava a finalidade do Estágio Profissional e de Vivência do jovem da CFR de Boa Vista do Ramos (CFR de BVR, 2009, p. 02):

O Estágio faz parte do Plano de Formação da CFR de BVR, portanto ele se sustenta dentro de: objetivos, espaços, tempos, papéis e funções sócioeducativas, na formação dos jovens do meio rural. O estágio é denominado em um período de duas semanas onde o aluno (a) é encaminhado para uma entidade, famílias que tem uma experiência sócio-produtiva. Neste estágio muitas vezes o aluno constrói o seu projeto de vida.

É importante enfatizar que é no estágio que muitas vezes o jovem constrói o seu Projeto de Vida, ou seja, o Projeto Profissional e de Vida do Jovem, que se trata-se de uma outra atividade pedagógica realizada pelo jovem durante o período de formação na CFR.

Durante as observações, participações nas alternâncias e principalmente nas análises documentais e entrevistas realizadas com os jovens, pais, monitores e coordenadores pedagógicos, identificamos que os Instrumentos Pedagógicos da CFR representam uma das características da Pedagogia da Alternância, ou seja, a alternância possui um dispositivo pedagógico específico.

São estes instrumentos e atividades que podem fazer a diferença na educação do jovem agricultor. Se bem desenvolvidos pelos monitores e outros atores implicados que colaboram com a formação na CFR, eles podem fazer com que a alternância seja "um processo formativo contínuo que acontece na descontinuidade das atividades".

É importante salientar que estas atividades e instrumentos não são estanques. Mas entendemos, através do desenvolvimento desses instrumentos, que a Pedagogia da Alternância, em termos de processo de aprendizado, é uma abordagem da pesquisa científica, no viver das situações. Observar, coletar dados num campo, exprimir esses dados, se interrogar sobre esses dados, buscar respostas a essas perguntas, e colocar os dados no campo, tentar experimentar ou tentar passá-los para a abordagem científica.

É nesse momento e a partir dessa didática que é possível visualizar a interdisciplinaridade e a concretização da sinergia entre o peso e valor do saber tradicional com o saber científico. Ou seja, uma complementado a outra no que se refere à construção do conhecimento significativo e contextualizado dos povos do campo.

3. O Projeto Profissional do Jovem da CFR de Boa Vista do Ramos e suas contribuições para o desenvolvimento local

3.1 CFR de Boa Vista do Ramos e suas contribuições para o desenvolvimento local - um olhar a partir do Projeto Profissional e de Vida do Jovem –PPVJ

O trabalho de campo deste estudo procurou trazer elementos para a reflexão sobre o nível de autonomia dos jovens, através da análise da aplicação efetiva dos PPVJ's, construídos ao longo da formação deles na CFR, assim como perceber se esses projetos promovem o desenvolvimento local.

A princípio, a investigação foi direcionada em um conjunto de três perguntas associadas para procurar provocar os jovens a tratar explicitamente a respeito desse assunto: a) qual é o seu Projeto Profissional de Vida? b) ele está sendo colocado em prática? c) você considera que o ritmo da implantação dele está adequado as suas expectativas?

Neste sentido, analisar os dados recolhidos através das visitas aos agricultores e agricultoras que participam ou já participaram da qualificação na CFR tornou-se uma tarefa que exige diversos olhares e ponderações.

Coletar e registrar esses dados só foi possível com auxílio dos monitores da CFR, responsáveis pela formação dos jovens residentes nos municípios; portanto, conhecedores de todo o contexto histórico, social e econômico. Essas informações serão descritas da melhor maneira possível, para um bom entendimento do processo.

Para evidenciar mais precisamente qual é o significado, o processo, a importância e os impactos do PPVJ nas propriedades rurais dos jovens, subdividimos este item em duas partes: (I) Projeto Profissional e de Vida do Jovem da CFR de Boa Vista do Ramos – conceito, sentido e significado e (II) A execução do PPVJ na prática e seus impactos na unidade de produção familiar.

3.1.1 Projeto Profissional e de Vida do Jovem da CFR de Boa Vista do Ramos – conceito, sentido e significado

Os instrumentos pedagógicos da CFR de Boa Vista do Ramos descritas no capítulo II, dessa dissertação, fazem parte do Plano de Formação do curso que é oferecido na CFR,

Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – ADAF. O uso conjunto desses instrumentos pedagógicos é de fundamental importância para o jovem construir seu projeto de intervenção, também chamado de Projeto Profissional e de Vida do Jovem, que é apresentado no final dos três anos de formação.

Em suma, o PPVJ é um componente curricular, tem a função de sistematizar o conhecimento adquirido pelo agricultor em formação, organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária e nos momentos de aprofundamento da sua realidade sócio-profissional.

Vejamos o que diz o Pfeifer (2008, p. 21):

[...] O PPVJ é visto como um eixo sobre o qual o educando concretiza as pesquisas dos Planos de Estudos, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, política e profissional da região onde vive. Como o jovem deve começar, desde cedo, a pensar no seu futuro como um profissional.

Nesta perspectiva, compreende-se que o PPVJ precisa servir para que o jovem ou adulto em formação, busque a inserção no mundo do trabalho, ou seja, deve ser um instrumento efetivo para a implementação de um empreendimento econômico solidário, que gere trabalho e renda para ele e sua família.

Desta forma, o Projeto deve ser construído na valorização do trabalho humano, no reconhecimento da pessoa humana e buscar que o PPVJ tenha uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. Então, o PPVJ deve ser um caminho que valoriza os seres humanos, independente da sua cor de pele, sexo, idade, orientação sexual, condição econômica ou cultural.

Assim, um dos monitores entrevistado, relata: “desde a primeira alternância, nós, monitores, com ajuda do plano de formação, que é fruto de uma pesquisa participativa, os estudantes são guiados para a orientação profissional, ou seja, voltados para a construção desse projeto”

Lima (2003, p. 73) compartilha dizendo que: “o projeto é um desenho, uma proposição, um ato de programar, um lançar adiante”.

Calvó (2002, p. 136) discorre que:

Todos os elementos trabalhados nos CEFFAS visam formar o jovem para que tenha a habilidade de construir um projeto de vida. Aprenderá aquilo que para ele tem um significado, e construirá o seu projeto partindo do aspecto profissional, pois este é o que lhe permitirá entrar no mundo dos adultos (o da realidade socioeconômica).

Durante as observações nas alternâncias, análises dos relatórios de campo dos jovens, e exame das entrevistas feitas com sujeitos da CFR, foi possível constatar que os pais, os jovens e os monitores, cada um ao seu modo, dão denominações variadas para o Projeto Profissional do Jovem, tais como: projeto de intervenção; projeto de vida; projeto pessoal.

Desta análise, ou seja, fazendo uma leitura dos 30 projetos apresentados nos anos de 2005 e 2007, constatamos que o PPVJ é resultado de uma análise minuciosa da situação, do histórico familiar, da infra-estrutura para a produção agropecuária, florestal, recursos pesqueiros, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artístico-culturais, entre outros.

Isso caracteriza a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica da CFR à aptidão do jovem, à motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional.

Cabe uma observação importante: esta proposta, não está restrita a um projeto que venha trazer trabalho e recursos financeiros para a propriedade da família; está também articulada com atividades econômicas da comunidade que direta e indiretamente se inserem no contexto do projeto.

3.2 A execução do PPVJ na prática e seus impactos na unidade de produção familiar

Como já foi mencionado, é no terceiro ano de formação que os jovens são orientados para a sistematização e elaboração de um projeto de intervenção em sua unidade de produção

ou comunidades¹⁰. Este projeto pode ser de melhoria da sua própria unidade de produção familiar, ou um projeto de criação de uma empresa coletiva solidária (grupos de trabalhos, cooperativas, associações, empresas coletivas etc.), de acordo com as suas possibilidades pessoais, familiares e de oportunidades.

Também é de fácil entendimento, levando em consideração as arguições apresentadas, que o PPVJ é o último instrumento a ser construído na CFR. Por isso, é necessário, se não fundamental, a compreensão a respeito do método de aprendizagem da CFR, pois a elaboração e a operacionalização do PPVJ estão interligados com todo o processo de ensino aprendizagem do jovem na CFR. Este método de aprendizagem, segundo Lima (2006) está baseado em lógicas sucessivas e integradas.

Durante a realização da pesquisa de campo, participação das alternâncias e visitas à família, foi possível construir um quadro que ilustrasse o processo de formação pela Pedagogia da Alternância da CFR de Boa Vista do Ramos, no sentido de evidenciar a influência desse processo na construção do Projeto Profissional do Jovem.

Quadro 07: Processo de formação pela Alternância

PROCESSO DE FORMAÇÃO	Ver, coletar dados, ler a realidade.	Momento em que o aluno aprende a ter um olhar atento à sociedade e ao meio em geral.
	Expressar, sistematizar e formalizar os dados.	É o momento de comunicação oral e escrita dos fatos e dados observados, considerados relevantes para a aprendizagem.
	Questionar, problematizar.	Etapa em que se descobrem os limites, as possibilidades e os desafios das situações existenciais concretas para desembocar na práxis transformadora.
	Buscar respostas.	A partir da etapa anterior, elegem-se as possibilidades de ações possíveis de serem realizadas com possibilidades de êxito.
	Submeter à prova da realidade, experimentar.	São ações concretas realizadas, pelos alunos, com acompanhamento da família e dos monitores.

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

¹⁰ É prática da CFR os projetos profissionais serem discutidos no primeiro ano de formação, pois os jovens já começam a partir da primeira alternância a realizar práticas conservacionistas em suas unidade de produção familiar, como a construção de uma círculo de bananeira, construção de hortas e atividades de coleta de lixo seletiva nas escolas da comunidade e suas propriedade.

Segundo o quadro 03, observamos que no meio socioprofissional (unidade de produção familiar) o jovem observa a realidade da sua propriedade, ou da comunidade, buscando, por meio dos instrumentos da pedagogia, os pontos importantes a serem diagnosticados. Isso é feito de forma participativa, junto com a família ou com a comunidade.

Em seguida, será levado ao conhecimento da escola o que se passa no seu domicílio. Faz-se, com a participação dos monitores e colegas, uma análise da realidade. Para isso, o levantamento se submeterá a comparações, a generalizações e finalmente será sintetizado.

E, por derradeiro, a equipe da CFR buscará as respostas para as necessidades dos jovens, aprofundando-se nos tópicos, levantar novas questões e, finalmente, aplicadas no meio socioprofissional através da PPVJ.

Neste sentido, Pedro Calvó (2002, p. 136) aponta o PPVJ como resultado desse processo. Veja que diz o autor a respeito do PPVJ:

Um projeto profissional deve atingir além do aspecto trabalho, o social e o familiar. Deve dar sentido à formação e à vida do jovem, permitindo trazer soluções, sendo elas singulares, concretas e alternativas. O projeto não deve ter a finalidade de copiar idéias, mas de concebê-las, criá-las. O jovem poderá desenvolver sua capacidade trazendo alternativas para o seu próprio meio, com seus próprios meios. Deverá encontrar soluções sem esperar que estas venham dos altos escalões (político, da administração pública, dos bancos). Aprenderá a contar com seus meios sem depender deles. Será capaz de inovar e mesmo que pareça uma utopia, partir dos recursos familiares, comunitários, locais incluindo todos os atores do desenvolvimento, principalmente sua família e comunidade.

Na CFR de Boa Vista do Ramos, mesmo com pouca experiência na condução dos instrumentos pedagógicos, a equipe vem trabalhando o projeto com todos os alunos. Com duas turmas formadas em Agentes de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, já foi possível avaliar os erros cometidos e os bons resultados alcançados. A terceira turma, com formatura prevista em agosto de 2010, estão em fase de construção de seus projetos profissionais.

Os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento pelos agricultores e agricultoras, nesses sete anos de atividade da CFR, são direcionados para práticas conservacionistas como manejo florestal, agroflorestas, agroecologia, meliponicultura, quintais agroflorestais ou agroecológicos, manejo de lagos, permacultura etc.

Um dado importante é que os jovens que apostaram em melhor aproveitamento da propriedade e na diversificação da produção, ou alcançaram bons resultados, ou estão com boas expectativas de retorno.

Durante a visita de campo, em duas propriedades rurais, na comunidade Boa União, foi possível registrar o sentido e o significado PPVJ para os jovens em formação.

Veja o que nos relata um dos entrevistados:

[...] iniciei minhas atividades na CFR a partir de um pequeno projeto de cultivo de cana-de-açúcar, elaborei o projeto e com recursos da própria família iniciei a atividade, plantei ½ hectare de cana-de-açúcar consorciada com banana e macaxeira. Das bananas dos 30 cachos que produzi já tive um lucro de R\$300,00 reais, a macaxeira ficou para o consumo da família, na realidade a principal função de plantar as macaxeiras, foi de eu montar um banco de mudas boas de macaxeira, elas se desenvolveram bem no sistema de consórcio [...] a cana me dá um lucro de R\$100,00 semanais, tiro semanalmente 50 litros de caldo de cana e vendo a R\$1,00 o meio litro, no campo de futebol, não dá para quem quer [...] o que eu quero dizer é que com somente ½ ha de plantação de 3 espécies deferentes de planta, eu tenho um renda de aproximadamente R\$500,00 reais mensais, fora outras atividades que a gente desenvolve na propriedade [...] esse jeito de administrar a minha propriedade, eu aprendi quando aluno da CFR (Entrevista 07).



Figuras: 17, 18 e 19 – Atividades desenvolvidas no Projeto Profissional - Quintal Agroflorestal, do jovem Thiago Rodrigues, egresso da CFR, da primeira turma de Agentes de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, 2005.

O relato do jovem e as figuras acima nos revelam que o PPVJ possibilitou a organização de sua propriedade, permitindo a implantação de outras atividades agrícolas, pecuárias e florestais. Reorganizou o espaço de plantação, diversificando as espécies em pequenos espaços, melhorou o cruzamento genético de algumas plantas de base alimentar para a família (o caso da mandioca e da macaxeira) e introduziu técnicas de permacultura, como o círculo de bananeiras e a plantação de cana-de-açúcar. Este último, como informado pelo entrevistado, vem gerando renda e trabalho na propriedade.

Durante a entrevista, foi possível observar que próximo a sua residência, construiu galinheiros móveis, e recuperou o pomar e ampliou as hortas. Essa diversificação permitiu que a família tivesse outras fontes de renda e melhores alimentos na mesa.

A comercialização é feita pela família na própria comunidade e na Feira do Produtor da cidade de Boa Vista do Ramos.

Vejamos as figuras que ilustram as atividades realizadas em sua Unidade de Produção Familiar, durante a implementação da II etapa do PPVJ, em 2007. Agora como egresso da CFR de Boa Vista do Ramos.



Figura:20, 21 e 22 – egresso Thiago iniciando a segunda etapa de construção do PPVJ consorciando a cultura da banana com outras espécies, a partir da técnica de círculo de bananeiras



Figuras: 23, 24 e 25 – Terceira etapa do PPVJ do egresso Thiago, agora com construção de hortas mandalas; pimentão, cheiro-verde, maxixe, couve e tomate) – Fonte: ARCAFAR-AM (200 e 2008)

Um outro bom exemplo é o de Orieline Fernandes Baraúna, que também implantou uma quintal agroflorestal com produção de hortaliças, criação de galinha caipira e criação de abelhas indígenas sem ferrão. A egressa vem aproveitando também pequenos espaços às margens do rio, com plantação de cheiro verde, cebolinha, chicória etc. As figuras ilustram as atividades desenvolvidas na propriedade.



Fotos: 26, 27,28 – croqui da propriedade da egressa Oriene Barauna e visualização do que esta sendo projetado a partir do PPVJ. Fonte: André Melo (2009)

A partir das observações de campo, pesquisa em *locus* e relato das experiências, podemos afirmar que a Pedagogia da Alternância da CFR de Boa Vista do Ramos é um ponto

de partida para que, tanto o jovem, como a família, tenham a oportunidade de criar um futuro profissional economicamente viável na propriedade rural familiar.

A CFR através de sua metodologia é capaz de viabilizar meios para que o jovem seja um empreendedor no meio rural, numa perspectiva da responsabilidade ecológica e social, criando suas próprias condições de trabalho em sua comunidade, a partir da vivência que ele (a) tem e do conhecimento que ele (a) é capaz de gerar.

Por isso, conforme foi apresentado no capítulo I, item 1.3 (Pedagogia da Alternância e Economia Solidária), acreditamos que a operacionalização do PPVJ muito se aproxima dos princípios e valores da economia solidária.

No capítulo I dessa dissertação, foi possível evidenciar que a economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de empreendimentos coletivos, organizados sob forma de autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Trata-se de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda, combinando a cooperação, a autogestão. A CFR de Boa Vista do Ramos se insere nesse princípio e nesse propósito desse outro tipo de desenvolvimento para as populações do mundo rural amazônico.

Todavia, o jovem que ingressa na CFR é escolhido pela sua família, uma vez que é o membro que melhor se adequa ao perfil para a construção do PPVJ, que é, na verdade um Projeto de Vida.

Esse projeto, por sua vez, estaria baseado no trabalho no campo, com qualidade de vida. É o primeiro desafio, haja vista o processo acelerado de urbanização do país, em detrimento do ambiente e das atividades agrícolas.

O Projeto CFR deve ser parte do projeto do jovem que a procura como meio de adquirir formação e conhecimento que lhe subsidie na tomada de decisões quanto ao trabalho que deseja estabelecer.

Calvó (2007, p. 55) contribui dizendo que “quando o jovem torna-se protagonista de experiências inovadoras e bem-sucedidas, seu exemplo tende a ser seguido por outros ao seu redor. Ele torna-se uma referência na região, o que lhe confere capacidade de liderança”

Um sujeito com habilidades diversas, que transcende ao processo produtivo, podendo atingir as relações sociais, a capacidade de mobilização, de sensibilização, de empreender ações modernas e de elevado nível de sucesso e adaptabilidade ao contexto, pode ser considerado como um agente de desenvolvimento local. Essa é a lógica e o papel do Projeto CFR nos espaços rurais, ou seja, não é só uma realidade no município de Boa Vista do Ramos, mas em todo o território brasileiro.

Não bastassem os bons exemplos que a CFR vem proporcionando, a inserção dos jovens na agricultura familiar tem outros efeitos positivos, que superam a geração de renda. A possibilidade de garantia da sucessão das famílias no trabalho rural. A continuidade da ocupação da terra para a produção de alimentos, geração de renda e de qualidade de vida. É a manutenção da estrutura familiar e de sua história, recheada de elementos culturais de riquiza insubstituível, além da oportunidade de continuidade ao estudo. A CFR de Boa Vista do Ramos lhe confere além do título de Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar também a conclusão da segunda etapa do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos, ser agricultor em nossa região é para aqueles que não tiveram oportunidade de estudo, por isso vão para a agricultura. Na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, a história é diferente, o agricultor tem valor, é ator principal, é protagonista [...] a CFR recoloca a questão da importância do agricultor estudar, se formar para melhorar a vida, reafirma que é possível melhorar de vida sendo agricultor (Laureci Rodrigues, 2009).

Pesquisar a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, focando o objeto da pesquisa na Pedagogia da Alternância localizada no contexto do Movimento Por uma Educação do Campo e suas contribuições para o desenvolvimento local boavistense, foi uma experiência rica em aprendizagem, e, ao mesmo tempo, uma lição de vida.

Aprendizagem porque a pesquisa nos fez estabelecer diálogos não só com o tema pesquisado, mas outros campos do conhecimento que antes não percebíamos sua importância na nossa função de educador popular. Lição de vida, porque o contato com o grupo pesquisado nos trouxe à baila um passado. O passado presente nas expectativas vividas e nas lembranças sentidas por meio das entrevistas, das vivências e dos laços que foram se firmando com a convivência.

É muito forte a influência da CFR de Boa Vista do Ramos na gestão da propriedade, no âmbito das famílias pesquisadas. Na maioria, o ambiente é marcado pela convivência de um processo participativo. A administração da propriedade é caracterizada por um funcionamento não autoritário, resultante de um livre fluxo de informação e compartilhamento do conhecimento.

As famílias reconhecem que o diálogo permanente proporciona segurança nas tomadas de decisões e as estratégias ganham mais solidez em função de terem sido escolhidas conjuntamente. As estratégias quando escolhidas conjuntamente não se dissipam nos primeiros obstáculos.

Na gestão voltada para o desenvolvimento, o autoritarismo cede lugar à autoridade e esta não fica condicionada ao mais velho ou ao pai. “Aqui em casa, fizemos um trato. Eu

cuido da produção e meu pai cuida da venda. Eu gosto mais de mexer com a terra e meu pai gosta mais de vender, de comprar. Gosta de estar rodeado de gente” (Messias, 32 anos, egresso da CFR de Boa Vista do Ramos). Este, motivado pelo processo participativo, coordena, articula e aceita as mudanças que refletirão no processo produtivo, a partir da coesão do grupo.

No Brasil, apesar da recente implantação dos projetos, as experiências têm se multiplicado em todos os Estados, comprovando, assim, que é crescente o interesse pela formação por alternância em terras brasileiras. Essa situação evidencia, de um lado, o grau de organização e mobilização dos povos do campo em busca de seus objetivos e, de outro, o grau de marginalização a que o campo tem sido submetido em relação ao acesso à educação para a sustentabilidade.

Alternância é uma pedagogia altamente identificada com os interesses dos sujeitos sociais envolvidos. Como campo de conhecimento e metodologia que investiga a natureza das finalidades da educação numa *determinada* sociedade, foi constituindo-se em resposta a determinadas lacunas deixadas pelo próprio poder público num momento em que a escolaridade deveria assumir papel relevante na construção da identidade dos povos do campo e não ao contrário, descaracterizando essa identidade como costumava (e ainda costuma fazer) o sistema convencional de ensino.

Mediante o exposto neste trabalho, ressaltamos a contribuição positiva que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos vem trazendo na formação profissional de agricultores e agricultoras familiares e também na consolidação da melhoria da qualidade de vida desses camponeses, assim como é considerada um instrumento valioso para a organização comunitária e na preservação cultural e ambiental.

Neste sentido, a pequena propriedade das áreas ribeirinhas do município de Boa Vista do Ramos, Amazonas, identifica-se plenamente com os princípios da Pedagogia da Alternância, porque ela possibilita aos jovens aliarem períodos de trabalhos nas propriedades e de estudo na escola, fazendo com que esses agricultores permaneçam junto à família e continuem tendo acesso à escolarização, às novas tecnologias, bem como a outras atividades econômicas que proporcionem aumento de renda na propriedade e uma melhor qualidade de vida, a partir dos projetos profissionais que são sonhados, idealizados, elaborados e

executados por eles mesmos; ou seja, essa pedagogia aliada ao PPVJ é um diferencial na vida e no trabalho dos agricultores e agricultoras.

Segundo Gimonet (2007), um projeto caracteriza-se, do ponto de vista didático-pedagógico, como um componente curricular, um elemento que tem o objetivo de sistematizar o conhecimento adquirido pelo estudante, organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária, e nos momentos de aprofundamento da sua realidade socioprofissional. Trata-se, pois, de um dos instrumentos pedagógicos do Plano de Formação de uma Casa Familiar Rural.

O PPVJ é o resultado de uma análise minuciosa da situação histórico-familiar, da infra-estrutura para a produção agropecuária, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, das políticas públicas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos cultural-artísticos, entre outros, que caracterizam a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica da CFR, a aptidão do jovem, a motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional.

As etapas e os principais instrumentos da Pedagogia da Alternância nas CFR de Boa Vista do Ramos, são pautadas basicamente na participação efetiva do jovem, da sua família, da comunidade, sob a coordenação dos monitores. A CFR não é uma escola que apenas educa o jovem, mas participa efetivamente no desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a comunidade envolvida.

A Pedagogia da Alternância adotada na CFR de Boa Vista do Ramos-AM tem contribuído para a reafirmação cultural e a elevação da auto-estima dos jovens rurais em relação a sua profissão de agricultores e colaborando com a possibilidade da permanência do jovem no meio rural, conciliando com a continuidade nos estudos, e contribuindo para a diminuição do índice de analfabetismo no meio rural amazônico.

Outro fator preponderante para o sucesso da Pedagogia da Alternância é o envolvimento da sociedade no Projeto Educacional, tais como: os monitores, os alunos e suas famílias, a comunidade e suas lideranças onde a escola está inserida, a fim de buscar a melhoria da qualidade de vida do jovem no meio rural.

A Pedagogia da Alternância foi uma das poucas propostas de Educação do Campo voltada ao desenvolvimento integral do jovem do meio rural, e que teve indiretamente,

reflexos na melhoria da qualidade de vida nas famílias e na comunidade onde essa escola esta inserida.

Essa Pedagogia trabalha em sincronia com a escola e o trabalho, fazendo com que o jovem continue estudando e ao mesmo tempo não se desvincule da família, auxiliando na mão-de obra; além disso, a proposta proporciona outras funções no desenvolvimento do meio “[...] *promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e sociocultural da família do jovem, e consequente da comunidade, proporcionando – lhe condições de fixar-se ao seu meio*”. (AZEVEDO, 1998, p. 117).

A Pedagogia da Alternância adotada na CFR de Boa Vista do Ramos está vinculada e inserida na dinâmica de desenvolvimento local. Por isso, a integração escola-comunidade é importante, fazendo com que a família, a sociedade, como um todo, participe efetivamente da escola.

Pelo que temos pesquisado sobre o Projeto Profissional e de Vida do Jovem, construído, na CFR de Boa Vista do Ramos-AM, podemos dizer que este contribuiu, e vem contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, de suas famílias e de suas comunidades.

Portanto, afirmamos de todo modo que a CFR de Boa Vista do Ramos tem contribuído efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, egressos, suas famílias e a comunidade onde estão inseridos, uma vez que, por meio dos conhecimentos e das experiências obtidos durante a permanência da CFR, o jovem adquire o desenvolvimento do senso crítico e da atitude empreendedora, lutando por mudanças na estrutura social desenvolvendo o seu Projeto de Vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo de Peixoto. **Autogestão**. IN: A outra Economia, Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003.

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. Belém: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental, UFPA/NAEA, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O direito do trabalhador à educação**. In: GOMES, Carlos Minayo *et alli*. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ÁVILA, Vicente Fideles. **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação**. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local: O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. UCDB, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio>>. Acesso em: 29 out. 2009.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local**. IN: LAVILLE, L.; Hespanha L. I; GAIGER, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina. 2009.

BACHELARD. Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. ABREU, Estela dos Santos, – Rio de Janeiro:Contraponto, 1996.

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância**. Brasília: UNEFAB, 2004 (Documentos Pedagógicos).

BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**: Resolução CNE-CEB n.1 3 de abril de 2002. Brasília:ME, [200?].

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. 1996, Brasília. 2004.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA-PCT, Brasília-DF, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do campo: Traços de uma identidade**. In: Kolling, Edgar Jorge *et all* (org). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Coleção Por uma educação do campo. nº 04, Brasília: DF. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CALIARI, Rogério Omar. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras, UFV, 2002. (Dissertação de Mestrado em Administração).

CALVÓ, Pedro Puig. **Formação pessoal e desenvolvimento local**. In: *PEDAGOGIA da Alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF. União das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), 2002.

CALVÓ, Pedro Puig. Que orientação profissional é possível promover no ensino fundamental. Tradução BURGHGRAVE, Thierry de. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília, v. 1, n.1, p. 22-36, 2005.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v1, n.1, p. 16-37, jan./,ar. 2000.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese de doutorado em economia aplicada, Instituto de Economia, Unicamp. Campinas: Unicamp, 2006.

Das Conferências Ambientais ao Ecodesenvolvimento. Texto disponibilizado pelo Prof. PhD. Alexandre Rivas. Mestrado em Desenvolvimento Regional (Ufam), março de 2008.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: A formação com base na Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão Agrária no Brasil Hoje: subsídios para pensar a educação do campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo, v1, n 1, p 21 - 24, 2005.

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul/AC**. Campo Grande, 2008, 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2008.

FONSECA, Aparecida Maria. **Contribuições da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento sustentável: trajetórias de egressos de uma Escola Família Agrícola**. Universidade Católica de Brasília – (dissertação de Mestrado) Brasília, 2008.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: 3ª edição, Paz e Terra. 2004.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Estudos sobre Educação para a população rural do Brasil**, 2004. Disponível em [HTTP://www.educarchile.cl/ntg/investigador/1560/articles8911_recurso_3pdf](http://www.educarchile.cl/ntg/investigador/1560/articles8911_recurso_3pdf). Acesso em 20 de maio de 2008.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009 (Educação popular).

GIMONET, G. C. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º Grau).

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: Uma abordagem sociológica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º Grau).

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri-SP: Manole, 2004.

MELO, André de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a experiência amazonense de Formação em Alternância**. In: III Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campina Grande: UFCG, 2008.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MOLINA, Mônica Castagna. **Desafios para os educadores e educadoras do campo**. IN: Educação do Campo: identidades e políticas públicas. Coleção Por uma educação do Campo, nº 04, Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

_____. **O Pronera como construção prática e teórica da educação do campo**. IN: ANDRADE, Márcia Regina *et al* (Orgs). São Paulo: Ação Educativa, 2004.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à revolução verde**. Estudos Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro, n 15, 2000.

NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso do. **Escolas – Família Agrícola e Agroextrativista do Estado do Amapá: Práticas e significados**. Belém: Dissertação de Mestrado / NAEA, 2005.

NASCIMENTO, Claudomiro Godoy do. **Pedagogia da Resistência Cultural: Um pensar a educação a partir da realidade campestre**. VIII Encontro Regional de Geografia (EREGEO), Goiás. 2003.

NISTAL, Luis Eduardo Pinheiro. **Avaliação dos empreendimentos econômicos solidária (EES) como alternativa de ocupação de renda no Amazonas**. Manaus, 2009. 107 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

NOSELLA, Paolo. **Uma educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.** São Paulo, PUC/SP: 1977. (Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação).

_____, Paolo.. **As origens da Pedagogia da Alternância.** Brasília: UNEFAB, 2007.

PÁDUA, Elizabeth Matallo Marchesine de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico – prática.** 7ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

PASSOS, Maria das Graças. MELO, André de Oliveira. **Casa Familiar Rural-Da França à Amazônia: uma proposta da Pedagogia da Alternância.** In: GHEDIN, Evandro. BORGES, Heloisa da Silva. *Educação do Campo:A epistemologia de um horizonte de formação.* Manaus, AM: UEA Edições, 2007.

PASSOS, Maria das Graças. **Casa Familiar Rural forma Jovens Protagonistas.** Informativo - Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável do Estado do Amazonas. Ano III. N. 12, Maio/junho 2006.

PRAZERES, Maria Sueli Correia. **Educação do Campo e Participação Social: reflexões sobre a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá.** Universidade Federal do Pará. (Dissertação de Mestrado). Belém, 2008.

PARMIGIANI, Jacqueline. **Uma escola igual as dos ricos: a escola rural na visão dos atingidos por barragens do Rio Iguaçu.** Londrina: Dissertação de mestrado/Universidade Estadual de Londrina, 2003

PFEITER, Helton Pedro. **O jovem egresso da Casa Familiar Rural de Armazém frente ao meio sócio-profissional a transformar: reflexões sobre a construção da autonomia e das condições para enfrentar as hostilidades do espaço rural.** Universidade Federal de Santa Catarina –(monografia de pós-graduação *latus sensu*) Florianópolis, 2008.

QUADROS, S. T. de BERNARTT, M. de L. **Pedagogia da Alternância e Projeto Profissional de Vida: contribuições para permanência do jovem no meio rural. (artigo Científico da Especialização em Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Sustentável).** UTF-PR: Campus de Pato Branco, 2007.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil: Ensino médio e educação profissional.** Universidade de Brasília. (Tese de Doutorado). Brasília, 2004.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. **Viver, produzir e preservar. Construindo o projeto da Casa Familiar Rural da Transamazônica (1980-2002).** Belém: Dissertação de Mestrado / NAEA, 2003.

RUSCHEINSKY, A. **No Conflito das Interpretações: o enredo da sustentabilidade.** In: RUSCHEINSKY, A. (org) Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, Garamond. 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SANTOS, Neila Reis Correia. **Educação do Campo e Alternância: Reflexões sobre uma experiência na Transamazônica/PA.** Natal: Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SEN, Amartya. **Construindo o desenvolvimento com responsabilidade.** 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marizete Fonseca da. **Pensar o trabalho é pensar a vida: As dimensões da formação na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Marabá-Pa.** Belém: Dissertação de Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. UFPA, 2003.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária como ato pedagógico.** In: **Economia Solidária e educação de Jovens e Adultos.** KRUPPA, Sonia M. Portella. Brasília: Inep, 2005.

_____, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, André Ricardo (org.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, **Economia Solidária como ato pedagógico.** IN: INEP. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, 2005. 104p.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, São Paulo: USP/ Institutos de Estudos Avançados, Vol. 15, nº 43, p. 101-119, 2001.

VIANA, Virgílio. **As florestas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Editora Valer: Manaus-AM, 2006.